

21/08/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Diálogo para contornar a crise na educação](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[DEVO...](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Bolsonaro nomeia menos votado para reitoria](#)

[Guedes promete R\\$ 500 bi a Estados](#)

O GLOBO - RJ

[Isto pode, Marcos Pontes?](#)

[Governo pretende redistribuir R\\$ 500 bilhões](#)

[MEC escolhe terceiro colocado como reitor da UFC](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[MEC inicia avaliação de cursos on-line de Direito](#)

[Dilema fiscal e alternativas](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA BRASÍLIA

[União pretende repassar R\\$ 500 bi em 15 anos para estados e municípios](#)

AGÊNCIA GLOBO

[MEC mantém diretor provisório no Cefet, mas diz querer dialogar com alunos e professores](#)

[MEC indica terceiro colocado para reitoria da Universidade Federal do Ceará](#)

AGÊNCIA SENADO

[Debatedores apoiam permanência do Fundeb e indicam possíveis recursos](#)

BLOG DO ANCELMO GOIS

[Após cortar bolsas CNPq, Ministério da Ciência agora é alvo de revolta na... Finep](#)

CORREIO WEB

[MEC mantém Maurício Vieira no Cefet-RJ](#)

G1

[Cientista da UFMG, vencedora de prêmio internacional apoiado pela Unesco, pensa em sair do país por ameaça de cortes do CNPq](#)

METRÓPOLES

[MEC aposta no diálogo para “retomar” Cefet no Rio de Janeiro](#)

PORTAL EXAME

[Bolsonaro nomeia reitor que teve 4,6% dos votos para Universidade Federal do CE](#)

PORTAL ISTOÉ

[Bolsonaro nomeia reitor que teve 4,6% dos votos para Universidade Federal do CE](#)

[União pretende repassar R\\$ 500 bi em 15 anos para estados e municípios](#)

PORTAL VEJA

[Bolsonaro nomeia reitor que teve 4,6% dos votos para Universidade Federal do CE](#)

TERRA

[Pesquisadores brasileiros detectam hanseníase resistente a tratamento padrão no Pará](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Bolsonaro nomeia reitor que teve 4,6% dos votos para Universidade Federal do CE](#)

[Pesquisadores brasileiros detectam hanseníase resistente a tratamento padrão no Pará](#)

[União pretende repassar R\\$ 500 bi em 15 anos para estados e municípios](#)

Agências de notícias e sites

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções](#)

G1

[Justiça federal suspende aulas e novas matrículas em seis faculdades privadas de MT](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Em defesa da Finep - meio século de apoio ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia nacionais](#)

METRO-DF

[MEC terá novos critérios para escolher pesquisas que ganharão bolsa](#)

METRÓPOLES

[Brasil atinge segunda melhor marca de impacto científico em 30 anos](#)

O DIA - PI

[UFPI anuncia bloqueio de bolsas CNPq da pós-graduação](#)

PLANTÃO NEWS

[Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções](#)

POLÊMICA PARAÍBA-PB

[MEC estuda mudar distribuição de recursos para universidades federais](#)

PORTAL MÍDIA URBANA

[Governo Federal mudará critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado](#)

PRIMEIRA HORA

[Brasil atinge segunda melhor marca de impacto científico em 30 anos](#)

G1

[Cortes de despesas na UFU são avaliados por professora e aluno que projetam reflexos negativos](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC estuda mudar distribuição de recursos para universidades federais](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

Diálogo para contornar a crise na educação

Encontro hoje entre governador, novo secretário de Educação e representantes do Sinpro discutirá uma solução para o Gisno, na Asa Norte, que resiste à gestão compartilhada. Inicialmente, colégio está fora da preparação para o modelo

POLÊMICA

Antes garantido na lista de escolas que serão administradas sob a gestão compartilhada com a Polícia Militar mesmo após a rejeição ao modelo, o Centro Educacional Gisno, na Asa Norte, está com o futuro incerto. O governador Ibaneis Rocha (MDB), o novo secretário de Educação, João Pedro Ferraz, e o Sindicato dos Professores do DF (Sinpro) reúnem-se hoje, no Palácio do Buriti, para colocar opções à mesa. Por enquanto, o colégio fica de fora da lista das cinco instituições que iniciaram a preparação para receber os militares nesse semestre.

A abertura do diálogo ocorre em meio a uma crise na educação. Primeiro chefe da pasta na gestão Ibaneis, Rafael Parente foi demitido na noite de segunda-feira após se posicionar contra a decisão do governador de ignorar os resultados de consultas públicas a professores, pais e alunos desfavoráveis à militarização. Com a baixa, o Palácio do Buriti escalou Ferraz, que, por ora, acumula os cargos de secretário de Educação e de Trabalho.

Apesar das tratativas, Ibaneis assegura que deixará a militarização do Gisno de lado

apenas se o Sinpro e João Pedro Ferraz encontrarem uma solução plausível para o cenário “preocupante” da escola. O governo classifica como “muito baixo” o Índice de Educação Básica (Ideb) da instituição e como “muito alta” a reprovação média e a taxa de abandono escolar. “Se eles tiverem uma opção que tire os alunos da situação em que estão, eu topo. Quero que as crianças do Gisno tenham um futuro como o dos meus filhos”, afirmou o governador.

Ibaneis acrescentou que o problema do Sinpro é “criticar, mas não mostrar saídas”. “Parece que querem a bagunça para continuar no poder. Estamos há 20 anos sem solução”, ressaltou. Ainda assim, o chefe do Buriti disse ter confiança no novo secretário para resolver o impasse. “Ele atuou como procurador-geral do Ministério Público do Trabalho (MPT), ou seja, lidou com todos os problemas do mundo”, declarou.

Novato na área de gestão de educação pública, Ferraz diz ter “certeza absoluta” de que governo, sindicato e comunidade escolar encontrarão um denominador comum. “Isso porque o nosso interesse também é comum, que é uma boa educação e uma escola de qualidade com segurança para professores, alunos e pais”, declarou Ferraz (leia entrevista na página 18). No colégio da Asa Norte, o placar final registrou 58,49% dos votos válidos contra a gestão compartilhada.

Rosilene Corrêa, diretora do Sinpro, afirmou que a entidade não quer permanecer em um cabo de guerra com o GDF, mas destacou ter legitimidade de opinião. “Queremos uma ação de decisões mais coletivas. O governador faz questão de colocar como se fosse uma disputa com ele. Mas o Sinpro atua na defesa do que for melhor para a educação”, argumentou.

Em meio às discussões, o governador ainda não sabe quem substituirá Ferraz em uma das pastas e cogita a possibilidade de fundi-las. “Poderíamos transformá-la em Secretaria de Educação e Emprego, porque as duas coisas estão juntas. Mas isso está em análise. Não tenho pressa”, disse, após agenda pública no Conselho de Desenvolvimento Econômico.

Uma coisa, porém, está clara para Ibaneis: a necessidade de acelerar o processo de militarização em outras instituições. A ideia é criar unidades com 100% dos profissionais militares a partir de 2020. “Vamos pegar as escolas que se cadastraram no programa. Estou assinando um decreto hoje (ontem) e levando para a Secretaria de Segurança”, adiantou.

“Se eles tiverem uma opção que tire os alunos da situação em que estão, eu topo. Quero que as crianças do Gisno tenham um futuro como o dos meus filhos” Ibaneis Rocha, governador

Conciliação

Além de abrir o diálogo sobre a militarização do Gisno, o governador tentou apaziguar os ânimos com distritais. Ele havia se envolvido em um bate-boca com o distrital Fábio Félix (PSol) na tarde de segunda-feira, quando visitou a Câmara Legislativa para entregar o projeto de lei que cria a Secretaria Extraordinária da Pessoa com Deficiência. O emedebista se exaltou após ter a postura criticada e ouvir um pedido de recuo: “Eu não vou discutir com você. A Câmara fique à vontade com seus esquerdistas”, disparou.

Em carta aberta divulgada ontem, Ibaneis classificou o episódio como “pequeno incidente”. “Por considerar que a ocasião era imprópria para a discussão do tema, e após diversas declarações públicas sobre a matéria, reafirmei o meu posicionamento de forma, possivelmente, inadequada, destacando que eventuais alterações na condução do assunto deveriam ser explicitadas em legislação precisa e clara”, afirmou.

O tom, entretanto, não convenceu parte dos parlamentares. “A carta, em si, é insuficiente, porque não vem acompanhada da decisão de respeitar a escolha da comunidade escolar no que diz respeito à militarização”, pontuou Fábio Félix, em plenário.

Contratação

O Palácio do Buriti nomeou, ontem, 200 professores de educação básica. Entre as áreas de atuação dos docentes estão: artes, biologia, ciências naturais, filosofia, física, geografia, história, espanhol, inglês, língua portuguesa, matemática, química, sociologia, ciências naturais. Os professores terão a carga horária de 40 horas.

Militarização em duas semanas

A presença de policiais fardados nas cinco novas escolas militarizadas ocorrerá em até duas semanas.

Essa é a expectativa do Governo do Distrito Federal (GDF) com base no que ocorreu no primeiro semestre, quando quatro colégios adotaram a gestão compartilhada entre as secretarias de Educação e Segurança Pública. A partir de agora, começam as tratativas para a implementação do modelo. A mudança ocorre de forma gradativa e envolve pelo menos três etapas. Primeiro, há o alinhamento interno entre os dois órgãos envolvidos. Nessa fase, os representantes discutem os procedimentos a serem adotados. Em um segundo momento, há a adaptação com professores e servidores, como maior rigidez no horário de entrada. Por último, começa o envolvimento com os alunos com o modelo militarizado. As escolas que se somam as outras quatro com gestão compartilhada são: Centro Educacional 1 do Itapoã (CED 1), Centro de Ensino Fundamental 19 de Taguatinga (CEF 19), CEF 407 de Samambaia, CEF 1 do Núcleo Bandeirante e Centro Educacional Condomínio Estância III, em Planaltina.

9 Total de escolas militarizadas no Distrito Federal

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MÔNICA BERGAMO

DEVO...

A UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) está devendo R\$ 669 milhões para a empresa responsável pelas obras emergenciais do Museu Nacional, que foi destruído em um incêndio em 2018. O valor corresponde à última parcela da reforma.

...NÃO NEGO

A universidade confirma a inadimplência e afirma que o valor ainda não foi quitado porque o MEC ainda não repassou os recursos previstos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/08/mae-de-sequestrador-de-niteroi-diz-que-ele-estava-desaparecido-desde-o-dia-anterior.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Bolsonaro nomeia menos votado para reitoria

O presidente Jair Bolsonaro nomeou anteontem o terceiro colocado na lista tríplice para reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC). O professor de Direito Cândido Albuquerque obteve 610 votos (4,61% do total). O primeiro colocado foi o professor Custódio Luís Silva de Almeida, que obteve 7.772 votos. Apesar de a escolha do reitor ser prerrogativa do presidente, a nomeação do menos votado rompe tradição desde 2003.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Guedes promete R\$ 500 bi a Estados

Ministro se reúne com presidente do Senado e diz que pacto federativo, que vai descentralizar recursos, injetará recursos em 15 anos

BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, prometeu injetar cerca de R\$ 500 bilhões em Estados e municípios ao longo de 15 anos com medidas para descentralizar recursos que hoje ficam nas mãos da União. A sinalização foi feita em reunião com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e lideranças da Casa para discutir um novo pacto federativo.

Nas últimas semanas, senadores vinham cobrando apoio da equipe econômica a pautas que significam mais receitas para os governos regionais em troca da aprovação da reforma da Previdência. O pacote inclui distribuição de dinheiro relacionado à exploração de petróleo e incremento no Fundeb, que financia a educação básica.

A descentralização de recursos para Estados e municípios vinha sendo prometida por Guedes desde a campanha eleitoral. Mas a medida preocupa uma ala da área econômica, que vê na “enxurrada” de dinheiro um incentivo para que governadores e prefeitos deixem o ajuste fiscal de lado. Até agora, eles continuam fora do alcance da reforma da Previdência, embora os gastos com aposentados e pensionistas sejam o principal problema nas contas estaduais.

O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues Junior, disse que o governo vai estabelecer condicionalidades para evitar que os Estados usem o dinheiro novo para aumentos salariais, a exemplo do que ocorreu no passado.

“Entendemos que há maturidade na discussão do Executivo com Legislativo, Judiciário, TCU e Tribunais de Contas. Isso permite que a gente saia para um novo patamar de federalismo fiscal”, disse, em entrevista convocada de última hora, após pontos do pacto serem divulgados pelos próprios senadores. O secretário afirmou ver nova oportunidade para a inclusão de Estados e municípios na reforma da Previdência.

O governo quer emplacar no mesmo pacote a proposta para desvincular recursos do Orçamento, que hoje tem 96% das despesas engessadas. Estão na mira principalmente 261 fundos do governo federal que acabam mantendo dinheiro que não pode ser utilizado em outra área, mesmo em caso de necessidade. Um exemplo são fundos da área de segurança, que têm recursos parados à espera da liberação de projetos, enquanto outras áreas agonizam.

O governo também pretende desindexar gastos corrigidos automaticamente (pela

inflação, por exemplo) e promover a “desobrigação” em relação a algumas despesas. Esses pontos, porém, não foram detalhados.

As iniciativas do pacto proposto por Guedes incluem o chamado Plano de Fortalecimento Federativo (PFF), que vai repartir com os governos regionais receitas de royalties e participações de petróleo que hoje são da União. Já em 2020, 30% desses recursos (o equivalente a R\$ 6 bilhões) serão repassados a Estados e municípios.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS

Isto pode, Marcos Pontes?

Na semana passada, o Ministério da Ciência cortou cinco bolsas CNPq do Observatório Nacional, inclusive de pesquisas que já estavam em andamento nas áreas de Astronomia e Geofísica. Sabe qual era o valor “astronômico” que o governo pagaria por cada uma delas? R\$ 400 por mês. Aliás, nove ex-presidentes da Finep, a agência de fomento à pesquisa e inovação vinculada também ao astronauta Marcos Pontes, reuniram-se para um “Ato em defesa da Finep”. É que o orçamento vem caindo drasticamente — já foi de R\$ 6 bilhões em 2013 e, para este ano, a previsão é de R\$ 1,5 bilhão — e, com isso, vários programas estão paralisados.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

Governo pretende redistribuir R\$ 500 bilhões

Plano é transferir recursos, em 15 anos, para estados e municípios por meio de novo pacto federativo, em discussão no Senado, com a divisão de recursos do pré-sal e mais dinheiro para o Fundeb, para a educação básica
BRASÍLIA

O governo espera transferir cerca de R\$ 500 bilhões a estados e municípios nos próximos 15 anos por meio de ações do chamado novo pacto federativo. A estimativa foi apresentada ontem pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, a líderes do Senado. Entre as medidas, estão novas regras para a divisão de recursos da exploração do petróleo, autorização para que estados obtenham empréstimos com garantia e mais dinheiro para o Fundeb, que financia a educação básica nos municípios. O governo defende que os repasses sejam acompanhados de uma flexibilização do Orçamento, o que incluiria a desvinculação de despesas com saúde e educação.

As medidas chegam ao Senado no momento em que a Casa discute a reforma da Previdência, já aprovada na Câmara. O avanço de medidas que beneficiam estados é colocada como condição para que a reforma avance. A expectativa do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra, é que as duas medidas sejam aprovadas até outubro.

— Essas matérias do pacto vão andar na mesma velocidade da reforma da Previdência. O resumo de hoje foi para que possamos ter até a primeira semana de outubro a votação do pacto federativo e da Previdência — disse o parlamentar.

A maior parte dos recursos repassados virá do petróleo. Hoje, estados e municípios têm direito a 30% dos royalties e participações especiais da exploração de óleo e gás. Os 70% restantes ficam com a União. A equipe econômica quer inverter essa divisão, gradualmente. Assim, em oito anos, estados e municípios passariam a ter direito a 70%, deixando 30% em Brasília.

ATÉ R\$32 BI DO PRÉ-SAL

A equipe econômica espera que, com a previsão alta exponencial da produção do pré-sal nos próximos anos, os governos locais recebam de R\$ 6 bilhões a R\$ 32 bilhões, em valores crescentes, até 2034. O governo, no entanto, não estimou qual seria o valor total repassado ao longo do período.

Também entram na conta dos R\$ 500 bilhões a transferência imediata de parte dos R\$ 106 bilhões que o governo arrecadará no megaleilão do excedente do pré-sal, marcado para novembro. Desse valor, R\$ 33 bilhões serão repassados à Petrobras e R\$ 73 bilhões ficarão com a União. Da parte que lhe cabe, o governo federal repassará R\$ 21 bilhões a estados e municípios.

O governo quer aproveitar, ainda, o dinheiro do leilão para pacificar o debate sobre as compensações da Lei Kandir e do FEX (mecanismo para estimular exportações), que impuseram perdas aos estados ao desonerar o ICMS. Assim, R\$ 4 bilhões extras seriam destinados aos estados. Em troca, os entes teriam que desistir das ações no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a União em que pedem essas compensações.

Segundo o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, a expectativa é que esses recursos sejam destinados para investimentos. O governo quer negociar com o Senado condições para o uso dos recursos, proibindo, por exemplo, que sejam destinados para pagar folha de pagamentos.

— Entendemos que o uso desses recursos para despesa com pessoal pode reverter em sinal ruim, em posição desfavorável para a sustentabilidade das contas dos entes subnacionais — disse o secretário ontem, acrescentando que os R\$ 40 bilhões em garantias de empréstimos a estados, o chamado Plano Mansueto, também estão incluídos no pacto.

O pacote montado pelo governo também contempla municípios, ao prever a renovação do Fundeb, que acaba em 2020. A equipe econômica promete manter os repasses de R\$ 13,3 bilhões a partir de 2021 e destinar R\$ 6,5 bilhões extras a regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os recursos viriam dos fundos constitucionais, que hoje atendem a essas regiões e são voltados para financiamento de projetos do setor privado. Hoje, esses fundos têm mais de R\$ 100 bilhões em patrimônio e cerca de R\$ 32 bilhões por ano para financiar projetos. Além dos recursos para o Fundeb, o governo pretende destinar de R\$ 1,5 bilhão a R\$ 1,6 bilhão por ano para que os fundos apoiem projetos de infraestrutura.

O texto precisa ser negociado com senadores. O governo pretende encaminhar apenas uma proposta de emenda à Constituição (PEC) tratando da divisão de recursos do pré-sal, mudanças no Fundeb e a desvinculação de despesas. A equipe de Guedes entende que isso dará mais flexibilidade para que os recursos sejam destinados de acordo com a prioridade dos parlamentares.

— O Orçamento primário é da ordem de R\$ 1,4 trilhão. O ministro colocou suas diretrizes em uma forte de desvinculação, desindexação e desobrigação. Os senadores entenderam a mensagem —disse Waldery.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

MEC escolhe terceiro colocado como reitor da UFC

Nomeação na Universidade Federal do Ceará é a quarta em que ministério não respeita lista tríplice

Em mais um caso de divergência entre o Ministério da Educação (MEC) e a escolha de uma comunidade universitária, a pasta nomeou, anteontem, o terceiro colocado da lista tríplice da Universidade Federal do Ceará (UFC), José Cândido de Albuquerque, como novo reitor da instituição.

Atual diretor da Faculdade de Direito da UFC, ele recebeu 610 votos na consulta ampla, enquanto o atual vice-reitor, Custódio Luís de Almeida, teve 7.772 votos. Na votação do Conselho Universitário, que reúne 47 conselheiros e forma a lista tríplice, Albuquerque teve 9 votos, contra 25 dados a Custódio de Almeida.

A indicação do nome do reitor a partir da lista tríplice enviada pela universidade é uma prerrogativa do MEC, que não precisa se ater à ordem de classificação. A praxe até este ano, no entanto, era que o mais votado pela comunidade acadêmica tivesse seu nome ratificado pelo ministério.

Segundo a UFC, a última vez em que o vencedor da eleição foi preterido pelo MEC foi no governo Collor. A universidade é a quarta a ter sua decisão desconsiderada no governo Bolsonaro. As federais dos Vales do Jequitinhonha (UFVJM) e do Recôncavo da Bahia (UFRB) também tiveram o terceiro indicado nomeado, enquanto na do Triângulo Mineiro (UFTM) o ministério escolheu o segundo colocado.

Procurado pela reportagem, o MEC não se manifestou até a conclusão deste texto. O presidente do conselho e atual reitor da UFC, Henry de Holanda Campos, lamentou o descumprimento da lista:

— Mais um ponto em que a comunidade se sente agredida, desrespeitada na sua vontade. Por mais que a nomeação esteja nas regras do processo, há uma insatisfação. É um impasse muito desagradável —avaliou.

CEFET RIO

A decisão sobre a UFC acontece pouco depois de o MEC ter nomeado um diretor-geral interino para o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) do Rio de Janeiro, após um candidato derrotado apontar irregularidades na eleição e pedir uma investigação.

Alunos protestaram barrando a entrada do interino, e o MEC afirmou que o resultado da investigação vai definir a nomeação do novo diretor.

*Estagiária, sob orientação de Marco Aurélio Canônico

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

MEC inicia avaliação de cursos on-line de Direito

O Ministério da Educação (MEC) deu o primeiro passo para que a graduação de Direito na modalidade on-line seja aprovada. Pelo menos cinco instituições de ensino, que estavam pedindo permissão para abrir esse tipo de curso, receberam nos últimos dias comunicado do MEC informando que seus cursos haviam sido pré-selecionados e que

os respectivos campi receberão visitas de avaliadores.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/empresas/6399675/mec-inicia-avaliacao-de-cursos-line-de-direito>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO

Dilema fiscal e alternativas

No final de julho, o governo federal publicou o relatório de avaliação de receitas e despesas, referente ao terceiro bimestre de 2019.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

www.valor.com.br/opiniao/6397491/dilema-fiscal-e-alternativas#impresso528172

topo ↕

AGÊNCIA BRASÍLIA - TEMPO REAL

União pretende repassar R\$ 500 bi em 15 anos para estados e municípios

O novo pacto federativo pode resultar no repasse de cerca de R\$ 500 bilhões em 15 anos. A estimativa foi divulgada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que se reuniu hoje (20) com líderes do Senado por quatro horas para tratar do tema.

Guedes saiu do encontro sem falar com a imprensa, mas o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, concedeu entrevista coletiva nesta noite para explicar que o governo dará apoio a seis medidas que integram o pacote.

Embora o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), tenha dito que a revisão do pacto federativo será composta de quatro propostas de emenda à Constituição (PEC) e dois projetos de lei, Rodrigues disse que o governo tentará convencer o Congresso a unificar todas as propostas numa única PEC e em um único projeto de lei, de autoria do Senado, a ser apresentado até o início da próxima semana.

Propostas

A primeira medida que compõe a revisão do pacto federativo é a partilha dos recursos da cessão onerosa (leilão dos barris extras de petróleo na camada pré-sal) com estados e municípios. Dos R\$ 73 bilhões que devem ficar com a União, o governo federal pretende transferir R\$ 21 bilhões - R\$ 10,5 bilhões para estados e R\$ 10,5 bilhões para municípios.

A equipe econômica quer transferir mais R\$ 4 bilhões da cessão onerosa apenas para os estados, totalizando R\$ 25 bilhões, caso os governadores concordem em abrir mão de ações judiciais que pedem a compensação da Lei Kandir (que desonerou de impostos estaduais as exportações de produtos primários e semielaborados) e o pagamento do Auxílio Financeiro para o Fomento das Exportações (FEX) no fim de cada ano. As duas mudanças dependem de PEC.

Batizada de Plano de Fortalecimento Federativo (PFF), a terceira medida compreende a inversão, ao longo de oito anos, da proporção de royalties e participações especiais do petróleo que cabe à União e aos governos locais. Atualmente, a União fica com 70% do Fundo Social do Pré-Sal. Os estados e municípios, com 30%.

A proposta, que também depende de PEC, quer reverter a proporção para 70% para os

governos locais e 30% para a União até 2028 e ampliar a partilha para todos os campos de petróleo, não apenas o pré-sal. Segundo Rodrigues, os governos estaduais e as prefeituras receberiam de R\$ 6 bilhões a R\$ 32 bilhões por ano com a mudança, que também necessita de PEC.

Em tramitação na Câmara como projeto de lei, a quarta medida consiste no Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF), que fornece ajuda a estados com problemas de caixa em troca de medidas locais de ajuste fiscal. Por meio do plano, o Tesouro pretende conceder garantias a estados com nota C na escala de solidez fiscal (a segunda pior categoria) para que esses governos contraiam empréstimos em bancos públicos e privados e possam sanar problemas, como atrasos a fornecedores. O pacote prevê a injeção de R\$ 10 bilhões em garantias por ano nos próximos quatro anos, totalizando R\$ 40 bilhões.

A quinta medida é a elaboração do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que substituirá o atual fundo, que acaba em 2020. Segundo Rodrigues, a equipe econômica quer manter o repasse de R\$ 13,3 bilhões por ano do Orçamento, mas o novo Fundeb seria complementado pelo remanejamento de R\$ 6,5 bilhões por ano dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste para financiar projetos de educação nessas regiões.

A sexta medida também afeta os fundos constitucionais e prevê a desvinculação de R\$ 1,5 bilhão a R\$ 1,6 bilhão por ano desses fundos para aplicação em projetos de infraestrutura e de apoio à produção industrial. As mudanças no Fundeb e nos fundos constitucionais também exigem PEC.

Condições

O secretário especial de Fazenda informou que o governo federal pretende impor condições para todos os repasses para estimular a eficiência dos gastos, impedindo que os estados e os municípios usem os recursos para custear aumento de salários. Segundo ele, a equipe econômica acredita que a tramitação do pacto federativo facilitará a reinclusão de estados e municípios na reforma da Previdência.

Rodrigues acrescentou que a equipe econômica pretende rediscutir os projetos de lei que adiam o pagamento de precatórios pelos estados e que permitem a securitização (conversão e venda no mercado) de parte da dívida ativa de governos estaduais porque os custos podem ser maiores que as estimativas iniciais.

topo 

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MEC mantém diretor provisório no Cefet, mas diz querer dialogar com alunos e professores

Eleição para diretoria é alvo de denúncias de irregularidades. Nesta terça, comunidade acadêmica fez ato e assembleia no campus do Maracanã

RIO E BRASÍLIA — O Ministério da Educação (MEC) afirmou que o resultado da investigação das denúncias de irregularidades na eleição para a direção do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) do Rio de Janeiro vai definir a nomeação do novo diretor da instituição.

Em coletiva de imprensa nesta terça-feira, o secretário de Educação Profissional e Tecnológica da pasta, Ariosto Antunes Culau, confirmou que, enquanto a corregedoria do ministério não concluir essa apuração, o diretor pro tempore indicado pelo MEC,

Maurício Aires Vieira, seguirá à frente da centro.

Ariosto rechaçou que exista intervenção no Cefet, sustentando que a medida foi tomada para “assegurar a necessária imparcialidade e afastar qualquer influência sobre o processo eleitoral”.

— O que está havendo é uma designação em caráter temporário para que ele possa dar continuidade à gestão da instituição. Essa não é uma situação desejável. O que desejamos é restabelecer a normalidade — destacou.

Entenda as denúncias contra a eleição

Ocorrida em abril, a eleição foi vencida pelo então vice-diretor, Maurício Saladnha Motta, cuja chapa obteve pouco mais de 40 votos de vantagem sobre o segundo colocado, Sérgio Roberto de Araújo, que contestou o resultado.

Em um primeiro momento, Araújo recorreu internamente do pleito, mas depois levou o assunto ao MEC, que, na última sexta-feira (16/8), publicou uma portaria nomeando Maurício Aires Vieira diretor interino.

Em nota divulgada nesta segunda, o Cefet informou "que a eleição ocorreu de forma democrática, tramitando normalmente pela Procuradoria Jurídica do Cefet/RJ, pelo Conselho Diretor, pela Comissão Eleitoral e pela própria Consultoria Jurídica do MEC" e que "foi uma surpresa a nomeação de um diretor-geral pro tempore". A comunidade acadêmica do Cefet vem considerando o movimento do MEC uma intervenção.

O secretário Ariosto não deu um prazo para a conclusão da análise pela corregedoria do ministério.

— Não posso reportar o fato ou os denunciantes, mas é importante destacar que algumas denúncias são oriundas da própria comissão eleitoral que conduziu o processo. Estão sendo apuradas, porque envolvem condutas de agentes, e o resultado pode ter impacto sobre o processo eleitoral. É por isso que, até que se tenha a apuração desses fatos, o processo fica suspenso — disse.

No entanto, tanto Motta quanto Araújo disseram que as denúncias giram em torno de um servidor que teria usado a lista de e-mails de alunos para fazer campanha para a chapa de Motta.

— A comissão eleitoral reconheceu as denúncias. Nós, candidatos, assinamos uma norma que previa a impugnação da chapa que desrespeitasse as normas. E o outro candidato era vice-diretor de ensino, tinha a máquina toda nas mãos, usando o cadastro dos alunos. Não poderia nunca ter feito isso, é ilegal — acusa Araújo.

Motta nega irregularidades e diz que o próprio conselho diretor concluiu que o servidor fez campanha por iniciativa própria e sem usar o e-mail corporativo, o que não seria uma infração às regras da eleição. A comissão eleitoral não respondeu aos questionamentos da reportagem.

Diálogo com comunidade acadêmica

Ariosto falou ainda que Aires e o MEC querem fortalecer o diálogo com estudantes e

servidores do Cefet, além de restabelecer a normalidade de funcionamento da instituição.

Nesta segunda (19/8), porém, os alunos bloquearam a entrada de Aires na sala da diretoria. Ariosto descartou, porém, qualquer medida — incluindo ação na Justiça — para que o diretor consiga trabalhar.

Nesta terça, alunos, professores e sindicatos fizeram um ato e se reuniram em assembleia no campus do Maracanã para discutir os próximos passos.

— Isso tudo traz insegurança para o Cefet. Além de estarmos em um cenário de financiamento difícil com o contingenciamento de verba anunciado pelo governo (o Cefet teve 39% de seu orçamento contingenciado), queremos mais transparência por parte do MEC — disse Maurício Motta.

Para Gabriella Bordoni, aluna de meteorologia e presidente do grêmio estudantil do Cefet, é "complicado ter uma intervenção externa" na instituição.

— Essa intervenção pode pavimentar projetos do governo que não têm relação com o que os estudantes querem, como por exemplo o Future-se (programa lançado pelo MEC que incentiva universidades e instituições de ensino federais a captarem financiamento na iniciativa privada). Nosso medo é a pesquisa e a ciência perderem a liberdade que têm — concluiu.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MEC indica terceiro colocado para reitoria da Universidade Federal do Ceará Nomeado ao cargo, Cândido Albuquerque recebeu 4,6% dos votos da comunidade acadêmica; é a quarta vez que governo Bolsonaro desconsidera vencedor da eleição

RIO — O Ministério da Educação (MEC) nomeou o terceiro colocado da lista tríplice da Universidade Federal do Ceará, José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque, como novo reitor da instituição. O atual diretor da Faculdade de Direito da UFC recebeu 610 votos da comunidade acadêmica, enquanto o atual vice-reitor, Custódio Luís Silva de Almeida, ganhou 7.772 votos.

No dia 20 de maio, quando o Conselho Universitário (Consuni) da UFC elaborou a lista tríplice, a partir da decisão de 47 conselheiros, Custódio de Almeida havia recebido 25 votos, enquanto Cândido Albuquerque conquistou somente 9 votos. A diretora do Campus de Crateús, Maria Elias Soares, obteve 8 votos. Quatro conselheiros votaram em branco e um nulo. O presidente do Consuni, atual reitor Henry de Holanda Campos, absteve-se de votar. Em entrevista, ele lamentou o descumprimento da lista:

— Mais um ponto em que a comunidade se sente agredida, desrespeitada na sua vontade. Por mais que a nomeação esteja nas regras do processo, há uma insatisfação. É um impasse muito desagradável — avaliou Campos.

Quem conquistou o segundo lugar na votação da comunidade acadêmica foi o atual pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da universidade, Antônio Gomes de Souza Filho, com 3.499 votos. Ele retirou sua candidatura, manifestando por escrito que não gostaria de ser incluído na lista tríplice. A professora Maria Elias Soares se ofereceu para ocupar

o lugar de Antônio Filho na lista.

O processo de consulta do meio acadêmico tem votos com pesos diferenciados nos resultados finais. A proporção é de 70% para o voto de professores, 15% para o de servidores técnico-administrativos e 15% para o de estudantes. O atual vice-reitor conquistou 6.067 votos de estudantes, 859 de servidores docentes e 846 de servidores técnico-administrativos, representando 34,7% dos votos. Já o professor nomeado Cândido Albuquerque recebeu 345 votos de estudantes, 115 de docentes e 150 de técnico-administrativos, totalizando 4,61% dos votos.

Segundo a UFC, a indicação da lista tríplice não era desrespeitada desde o governo Collor. A universidade é a quarta a ter sua decisão descumprida no governo do atual presidente Jair Bolsonaro. As universidades federais dos Vales do Jequitinhonha (UFVJM) e do Recôncavo da Bahia (UFRB) também tiveram o terceiro indicado nomeado, enquanto na do Triângulo Mineiro (UFTM) o segundo consagrado ao cargo da reitoria.

A decisão vem logo após a nomeação de Maurício Aires Vieira, um dos assessores do Ministério da Educação, como diretor-geral interino do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) do Rio de Janeiro. O MEC alega que Vieira foi colocado pro tempore no cargo enquanto a eleição que nomeou o vice-diretor do Cefet, Maurício Saldanha Motta, está "sob análise".

Os sindicatos dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (ADUFC) e dos Trabalhadores das Universidades

Federais no Estado do Ceará (SINTUFCE), junto ao movimento estudantil da UFC, fizeram uma manifestação em frente à reitoria na tarde desta terça-feira.

Em nota, a União Nacional dos Estudantes (UNE) afirmou que "a nomeação representa um duro ataque à autonomia universitária".

Procurado pelo GLOBO, Cândido Albuquerque não respondeu até o momento da publicação desta reportagem. Ao G1, Albuquerque afirmou que irá focar sua gestão em inovação e empreendedorismo, e que "os alunos atualmente estão se preparando para profissões que daqui a dez anos nem vão existir mais. Temos que focar em inovação e internacionalização".

Procurado, o MEC ainda não se pronunciou.

*Estagiária, sob orientação de Marco Aurélio Canônico

[topo](#)

AGÊNCIA SENADO - TEMPO REAL

Debatedores apoiam permanência do Fundeb e indicam possíveis recursos

A Comissão de Educação (CE) promoveu, na tarde desta terça-feira (20), mais uma audiência pública para debater a renovação e o financiamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), cuja vigência expira em 2020. Pela manhã, a comissão realizou uma primeira audiência para debater o mesmo tema.

O senador Flávio Arns (Rede-PR), que sugeriu e presidiu as audiências, lembrou que o Fundeb é a principal fonte de financiamento da educação básica no Brasil. Ele explicou que o fundo é composto principalmente de recursos dos estados e municípios. Em 2019 estima-se que o Fundeb representará cerca de R\$ 156 bilhões, dos quais 90% são recursos de estados e municípios. A União contribui com o valor restante, correspondente a cerca de 10%.

O senador destacou que a criação de um Fundeb permanente vem sendo discutida no Congresso Nacional por meio de três propostas de emenda à Constituição: a PEC 15/2015, na Câmara dos Deputados, e as PECs 33/2019 e 65/2019, no Senado. As duas propostas que estão no Senado acrescentam à cesta do Fundeb parte dos recursos provenientes da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural.

— Se a gente tiver um ensino básico de mais qualidade, teremos também um ensino superior de mais qualidade. O ensino na base é essencial — declarou.

Recursos

O superintendente de Participações Governamentais da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Rubens Cerqueira Freitas, traçou um panorama da produção de petróleo para os próximos cinco anos, apontando a previsão de um aumento de cerca de 50% em relação à produção atual. Ele lembrou que a regra geral para a União é que os campos de petróleo que entraram em operação a partir de dezembro de 2012 devem destinar 75% de seus recursos para educação e 25% para a saúde.

— A estimativa é que a União direcione, com os recursos do petróleo, cerca de R\$ 45 bilhões nos próximos cinco anos para a educação — apontou Freitas.

Para o doutor em economia Fernando Gaiger Silveira, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), é importante para o país bancar a permanência do Fundeb e aprimorar os seus recursos. Ele apontou que há muitos “espaços fiscais” no âmbito de uma possível reforma tributária para pensar em mais recursos para o fundo. Silveira sugeriu a revisão de percentuais em tributos municipais (como IPTU e ITBI, que ajudam a compor o Fundeb) e uma revisão das deduções do Imposto de Renda para gastos com educação, pois geralmente quem usa essas deduções está entre os 20% mais ricos do país.

Silveira também sugeriu uma reflexão sobre a tributação de lucros e dividendos — que foi suspensa em 1995. Ele disse que um percentual de 15% poderia gerar cerca de R\$ 60 bilhões ao ano para a União — recursos que poderiam ser direcionados, pelo menos em parte, para a educação. Segundo o técnico do Ipea, o investimento em educação é muito positivo para o amadurecimento e o equilíbrio social de um país.

— Chama a atenção o quanto a educação e a saúde foram importantes para a redução da desigualdade nos primeiros 15 anos deste século no Brasil — registrou Silveira.

O auditor Paulo Gomes Gonçalves, do Tribunal de Contas da União (TCU), sugeriu a revisão das cotas-partes dentro dos tributos, como forma de incrementar os recursos do Fundeb. Ele disse que o TCU está trabalhando em uma auditoria operacional com o

objetivo de sugerir possíveis melhorias no Fundeb. Gonçalves defendeu o estabelecimento de padrões mínimos de qualidade nas redes pública de ensino e um estudo de impacto das desonerações que atingem as receitas do fundo. Para o auditor, é importante fazer ainda uma reflexão sobre a fuga de recursos do Fundeb para despesas que não são da área específica da educação.

Interativa

A audiência pública foi realizada de forma interativa, com a possibilidade de participação popular por meio do portal e-Cidadania ou pelo telefone do Alô Senado (0800 612211). Pela internet, Leonardo Toledo, de São Paulo, defendeu mais investimentos na educação básica. A internauta Simone Simitelli, do Espírito Santo, manifestou apoio à pauta da educação, apontando que o Fundeb já se firmou como política de inclusão.

topo ↕

BLOG DO ANCELMO GOIS - TEMPO REAL

Após cortar bolsas CNPq, Ministério da Ciência agora é alvo de revolta na... Finep
Isto pode, Marcos Pontes?

Na semana passada, o Ministério da Ciência cortou cinco bolsas CNPq do Observatório Nacional, inclusive de pesquisas que já estavam em andamento nas áreas de Astronomia e Geofísica. Sabe qual era o valor “astronômico” que o governo pagaria por cada uma delas? R\$ 400 por mês.

Aliás, nove ex-presidentes da Finep, a agência de fomento à pesquisa e inovação vinculada também ao astronauta Marcos Pontes, reuniram-se para um “Ato em defesa da Finep”.

É que o orçamento vem caindo drasticamente — já foi de R\$ 6 bilhões em 2013 e, para este ano, a previsão é de R\$ 1,5 bilhão — e, com isso, vários programas estão paralisados.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

MEC mantém Maurício Vieira no Cefet-RJ

Pasta diz que processo eleitoral está suspenso até apuração de irregularidades

O Ministério da Educação (MEC) mantém a escolha de Maurício Aires Vieira, até então assessor e diretor de Programas substituto da Secretaria Executiva do ministério, para assumir a direção do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ). Ariosto Antunes, secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, ressaltou, em entrevista coletiva na tarde desta terça-feira (20), que não se trata de uma intervenção, já que é pro tempore. “Essa designação não significa o caráter permanente. Tem caráter temporário, até que se conclua a análise do processo e apuração dos fatos”, afirmou o secretário.

Segundo o MEC, a suspensão do processo eleitoral do Cefet-RJ foi ocasionada por indícios de irregularidade. As denúncias foram enviadas à corregedoria da pasta para a devida apuração. “As denúncias foram originadas na própria comissão eleitoral. Elas estão sendo apuradas porque envolvem condutas de agentes públicos. A apuração pode ter impacto sobre o processo eleitoral e é por isso que o resultado fica em suspenso até a conclusão”, disse o secretário.

Diretor-geral temporário

Maurício Vieira é natural de Capão do Leão (RS), tem 43 anos e experiência, tanto em universidade quanto em Cefet e instituto federal. O gaúcho é licenciado em Física pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel, 1999), mestre e doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG, 2002) e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS, 2009), respectivamente.

Vieira foi vice-reitor da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) na gestão de 2015 a 2019, diretor e coordenador acadêmico do Campus Jaguarão da Unipampa (2009 a 2014).

Tem experiência como orientador, colaborador e avaliador em projetos de ensino, pesquisa e extensão em cursos de graduação e pós-graduação, que abordam temas relacionados com formação docente, gestão acadêmica, educação integral, gestão das práticas docentes, metodologia de pesquisa em educação.

Em uma das experiências profissionais, participou da transformação do hoje Instituto Federal Sul Riograndense (IFSul) de Cefet para Instituto Federal.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Cientista da UFMG, vencedora de prêmio internacional apoiado pela Unesco, pensa em sair do país por ameaça de cortes do CNPq

‘Está um caos’, disse a professora Angélica Vieira que coordena estudo de combate a superbactérias resistentes a antibióticos.

Com a possibilidade de não haver repasse para bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em setembro, várias pesquisas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) podem ficar paralisadas já no mês que vem. Uma delas é coordenada pela professora Angélica Vieira, uma das vencedoras da edição de 2018 do prêmio “Para Mulheres na Ciência”, realizado pela L’Oréal Brasil em parceria com a UNESCO e a Academia Brasileira de Ciências (ABC).

O CNPq anunciou no dia 15 de agosto que suspendeu a assinatura de novos contratos de bolsas de estudo e pesquisa. O Ministério da Ciência e Tecnologia também admitiu que há risco de que as bolsas fiquem sem pagamento em setembro.

Possível corte de bolsas do CNPq ameaça pesquisa da UFMG de combate ao vírus da dengue

“Eu tenho pensado em sair do Brasil para continuar a pesquisa. Se eu não sair, provavelmente os avanços serão feitos por colegas de outros países. É uma perda imensa para a ciência no Brasil. Trabalho jogado fora”, disse a professora que coordena uma pesquisa que estuda os efeitos da alimentação saudável no combate à chamada “superbactéria”, resistente a antibióticos.

De acordo com ela, metade dos alunos que trabalham no laboratório são bolsistas do CNPq. “Está um caos. Só no meu grupo são três os que tem dedicação exclusiva. Estamos desesperados”, disse a cientista.

Além dos alunos, a professora também teve recursos do CNPq aprovados. Porém, não recebe a verba há oito meses.

“Nós estávamos sobrevivendo com a bolsa do prêmio, que é de R\$50 mil. Porém, ela já

acabou. A gente também tem recursos aprovados pela Fapemig, mas não recebemos há um ano”, contou ela.

A Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) suspendeu parte dos recursos em fevereiro por causa da crise financeira do estado. Só a UFMG perdeu R\$ 2,5 milhões destinados a bolsas de iniciação científica e cerca de R\$ 13 milhões para projetos liderados por professores em toda a UFMG.

De acordo com a professora Angélica, cerca de 30% da pesquisa estão concluídos. “As possibilidades são enormes. Uma pena. No futuro, a longo prazo, este corte vai causar um prejuízo terrível para ciência, além de barrar carreiras futuras brilhantes”, lamentou.

Suspensão

Sem resposta do governo federal sobre a garantia de abertura de crédito suplementar para cobrir o déficit do orçamento de 2019, o CNPq anunciou no dia 15 de agosto que suspendeu a assinatura de novos contratos de bolsas de estudo e pesquisa.

A recomposição, segundo informou o órgão ao G1, se refere ao crédito suplementar de R\$ 330 milhões. Quem abre o crédito é o Ministério da Economia, mas, de acordo com o conselho, até a tarde desta quinta, a pasta não havia dado garantias de que liberaria o reforço orçamentário.

Ao G1, o Ministério da Economia afirmou que o pedido de crédito suplementar para o CNPq, feito em 1º de março e referendado em votação no Congresso Nacional em 11 de junho, ainda "permanece em análise na JEO [a Junta de Execução Orçamentária], sem prazo para decidir sobre o pleito."

Esse recurso é necessário para cobrir o déficit previsto pelo CNPq desde o ano passado, quando a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 foi aprovada, para as bolsas.

No dia 16 de agosto, o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes afirmou que há risco de que as bolsas do CNPq fiquem sem pagamento em setembro. Segundo ele, a liberação de recursos está na "mão da Economia e também da Casa Civil".

Campeã de patentes

Só no Instituto de Ciência Biológicas (ICB) funcionam cerca de 400 laboratórios de pesquisas biológicas e biomédicas. O risco é perder anos de estudos e de investimentos porque a previsão dos cortes deve começar nos serviços básicos.

O ICB tem o maior número de patentes de medicamentos no país e graças a institutos como ele, o Brasil ocupa o 13º lugar no ranking mundial em pesquisas científicas.

[topo](#)

METRÓPOLES - TEMPO REAL

MEC aposta no diálogo para “retomar” Cefet no Rio de Janeiro

Estão fazendo sucesso na internet as cenas da união entre alunos e professores do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ) na última segunda-feira (19/08/2019) para impedir a entrada de um diretor nomeado pelo Ministério da Educação (MEC) no prédio. O impasse continuou nesta terça (20/08/2019), e o governo federal quer insistir em uma solução negociada para evitar uma escalada violenta da questão.

“Não estamos fazendo uma intervenção permanente na instituição. É uma nomeação temporária e apostamos no diálogo para resolver essa questão”, disse na tarde desta terça o secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, Ariosto Culau, em entrevista em Brasília.

O servidor federal Maurício Aires Vieira, que estava lotado no MEC e foi nomeado como diretor interino do Cefet, segue tentando tomar posse. “Ele teve contato com servidores hoje, quer conversar com toda a comunidade escolar e resolver esse impasse com diálogo”, garantiu Culau, que não quis dizer quais medidas o governo pretende tomar caso o diálogo não avance.

Alunos e servidores do Cefet exigem que Maurício Saldanha Motta, que já era vice-diretor da instituição e foi escolhido como diretor-geral em eleição interna da casa, em abril, tome posse.

Segundo o MEC, porém, há denúncias de irregularidades no processo eleitoral, que estão sendo apuradas pela corregedoria da pasta. “São denúncias que vieram até mesmo da comissão eleitoral, não são boatos anônimos”, afirmou o secretário de Educação Profissional e Tecnológica.

De acordo com Culau, a intenção do governo é acabar com a intervenção assim que as denúncias sejam apuradas e o processo eleitoral seja concluído.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Bolsonaro nomeia reitor que teve 4,6% dos votos para Universidade Federal do CE

Fortaleza

O presidente da República, Jair Bolsonaro, nomeou o terceiro colocado na lista tríplice para reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC). A nomeação do professor de Direito e advogado criminalista Cândido Albuquerque, de 62 anos, foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União na noite desta segunda-feira, 19.

No processo de consulta à comunidade acadêmica, Albuquerque obteve apenas 610 votos (4,61% do total de votantes). O primeiro colocado foi o professor Custódio Luís Silva de Almeida, que, obteve 7.772 votos. O reitor nomeado tem como vice o professor Glauco Lobo Filho, da Faculdade de Medicina.

"Vou resgatar o protagonismo dos verdadeiros talentos, mantendo a pluralidade de ideias. Será um desafio necessário e urgente", disse Albuquerque após a nomeação.

Ele deve tomar posse ainda nesta semana em solenidade em Brasília comandada pelo presidente Bolsonaro e pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub. O atual reitor, Henry de Holanda Campos, transmitirá o cargo na reitoria da UFC, em Fortaleza, na próxima sexta-feira, 23.

A nomeação de Albuquerque provocou críticas do Diretório Central dos Estudantes (DCE), do Sindicato dos Docentes e do Sindicato dos Servidores, que prometem fechar a reitoria na noite desta terça-feira, 20. "A última consulta para reitor deu uma ampla

vitória ao professor Custódio Almeida, com 7.772 votos, expressando claramente o desejo da comunidade universitária, enquanto os outros candidatos tiveram cerca de 2.500 votos e o último colocado, agora nomeado por Bolsonaro, apenas 610 votos", informaram, em nota, estudantes, funcionários e professores da UFC.

"Em vista disso, só reconhecemos um reitor, aquele eleito pela comunidade universitária. Só ele tem legitimidade para ser o dirigente máximo da UFC", continua, ainda, o texto. Para o grupo, a nomeação de Albuquerque é uma medida "autoritária e prejudicial à universidade".

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, Albuquerque destacou mudanças no País. "Tinha um governo de esquerda, foi para um governo liberal. Tem um panorama novo e temos de dialogar com tolerância." Segundo ele, o número de opositores é pequeno. "Não fui escolhido para ser líder político. Dividir não é bom. Debate ideológico não é bom."

Albuquerque também criticou o processo para a escolha do cargo. "Nessa eleição direta, no lugar de servir para buscar um gestor para a universidade, trava-se uma batalha ideológica e gera disputa política", disse. "Precisamos rever esse processo. Desde o começo da minha campanha eu me posiciono contra esse processo. Nas vinte melhores universidades do mundo há um comitê que escolhe o reitor, inclusive com 50% de pessoas fora da universidade."

À reportagem, Albuquerque disse que é preciso modernizar a universidade e que tem o plano de criação de uma pró-reitoria de Inovação e de uma pró-reitoria ou secretaria de Empreendedorismo. Também pretende rever a posição da UFC de não aderir ao programa federal Future-se. "Não podemos ficar contra ou a favor. Só com ele formatado é que poderemos ter posição. O País só vai sair da crise através da universidade. Não podemos ter medo do governo federal. Vamos ter dinheiro. Por isso conclamo toda a comunidade acadêmica. O processo eleitoral acabou", disse.

Procurados, os professores Custódio Almeida e Maria Elias, que faziam parte da lista tríplice, não quiseram se manifestar sobre a nomeação de Albuquerque. O atual reitor Henry Campos desejou boa sorte ao novo reitor e disse que o maior desafio será a convivência com o atual governo. "O professor terá de ter habilidade muito grande com o MEC para que a gente não pare de produzir."

Quem é o novo reitor

Piauiense, Cândido Albuquerque é advogado criminalista com 38 anos de carreira, ex-diretor da Faculdade de Direito, mestre em Ordem Jurídica Constitucional pela UFC (2009) e doutor em Educação Brasileira, também pela UFC (2016). É docente da UFC desde 1991, lecionando a disciplina Direito Penal na Graduação e pós-graduação.

Outras nomeações

Não é a primeira vez que Jair Bolsonaro nomeia um reitor de universidade sem acatar a decisão da maioria da comunidade universitária. Há dez dias, Bolsonaro nomeou o terceiro nome da lista tríplice, o professor Janir Alves Soares, como novo reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Antes, ele já havia nomeado o segundo e terceiro colocados, respectivamente, para as

federais do Triângulo Mineiro (UFTM) e do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Apesar de a escolha do reitor ser prerrogativa do presidente, a nomeação de candidato menos votado rompe uma tradição que se mantinha desde 2003, na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Bolsonaro nomeia reitor que teve 4,6% dos votos para Universidade Federal do CE

Fortaleza

O presidente da República, Jair Bolsonaro, nomeou o terceiro colocado na lista tríplice para reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC). A nomeação do professor de Direito e advogado criminalista Cândido Albuquerque, de 62 anos, foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União na noite desta segunda-feira, 19.

No processo de consulta à comunidade acadêmica, Albuquerque obteve apenas 610 votos (4,61% do total de votantes). O primeiro colocado foi o professor Custódio Luís Silva de Almeida, que, obteve 7.772 votos. O reitor nomeado tem como vice o professor Glauco Lobo Filho, da Faculdade de Medicina.

"Vou resgatar o protagonismo dos verdadeiros talentos, mantendo a pluralidade de ideias. Será um desafio necessário e urgente", disse Albuquerque após a nomeação.

Ele deve tomar posse ainda nesta semana em solenidade em Brasília comandada pelo presidente Bolsonaro e pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub. O atual reitor, Henry de Holanda Campos, transmitirá o cargo na reitoria da UFC, em Fortaleza, na próxima sexta-feira, 23.

A nomeação de Albuquerque provocou críticas do Diretório Central dos Estudantes (DCE), do Sindicato dos Docentes e do Sindicato dos Servidores, que prometem fechar a reitoria na noite desta terça-feira, 20. "A última consulta para reitor deu uma ampla vitória ao professor Custódio Almeida, com 7.772 votos, expressando claramente o desejo da comunidade universitária, enquanto os outros candidatos tiveram cerca de 2.500 votos e o último colocado, agora nomeado por Bolsonaro, apenas 610 votos", informaram, em nota, estudantes, funcionários e professores da UFC.

"Em vista disso, só reconhecemos um reitor, aquele eleito pela comunidade universitária. Só ele tem legitimidade para ser o dirigente máximo da UFC", continua, ainda, o texto. Para o grupo, a nomeação de Albuquerque é uma medida "autoritária e prejudicial à universidade".

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, Albuquerque destacou mudanças no País. "Tinha um governo de esquerda, foi para um governo liberal. Tem um panorama novo e temos de dialogar com tolerância." Segundo ele, o número de opositores é pequeno. "Não fui escolhido para ser líder político. Dividir não é bom. Debate ideológico não é bom."

Albuquerque também criticou o processo para a escolha do cargo. "Nessa eleição direta, no lugar de servir para buscar um gestor para a universidade, trava-se uma batalha

ideológica e gera disputa política", disse. "Precisamos rever esse processo. Desde o começo da minha campanha eu me posiciono contra esse processo. Nas vinte melhores universidades do mundo há um comitê que escolhe o reitor, inclusive com 50% de pessoas fora da universidade."

À reportagem, Albuquerque disse que é preciso modernizar a universidade e que tem o plano de criação de uma pró-reitoria de Inovação e de uma pró-reitoria ou secretaria de Empreendedorismo. Também pretende rever a posição da UFC de não aderir ao programa federal Future-se. "Não podemos ficar contra ou a favor. Só com ele formatado é que poderemos ter posição. O País só vai sair da crise através da universidade. Não podemos ter medo do governo federal. Vamos ter dinheiro. Por isso conclamo toda a comunidade acadêmica. O processo eleitoral acabou", disse.

Procurados, os professores Custódio Almeida e Maria Elias, que faziam parte da lista tríplice, não quiseram se manifestar sobre a nomeação de Albuquerque. O atual reitor Henry Campos desejou boa sorte ao novo reitor e disse que o maior desafio será a convivência com o atual governo. "O professor terá de ter habilidade muito grande com o MEC para que a gente não pare de produzir."

Quem é o novo reitor

Piauiense, Cândido Albuquerque é advogado criminalista com 38 anos de carreira, ex-diretor da Faculdade de Direito, mestre em Ordem Jurídica Constitucional pela UFC (2009) e doutor em Educação Brasileira, também pela UFC (2016). É docente da UFC desde 1991, lecionando a disciplina Direito Penal na Graduação e pós-graduação.

Outras nomeações

Não é a primeira vez que Jair Bolsonaro nomeia um reitor de universidade sem acatar a decisão da maioria da comunidade universitária. Há dez dias, Bolsonaro nomeou o terceiro nome da lista tríplice, o professor Janir Alves Soares, como novo reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Antes, ele já havia nomeado o segundo e terceiro colocados, respectivamente, para as federais do Triângulo Mineiro (UFMT) e do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Apesar de a escolha do reitor ser prerrogativa do presidente, a nomeação de candidato menos votado rompe uma tradição que se mantinha desde 2003, na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

topo 

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

União pretende repassar R\$ 500 bi em 15 anos para estados e municípios

O novo pacto federativo pode resultar no repasse de cerca de R\$ 500 bilhões em 15 anos. A estimativa foi divulgada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que se reuniu hoje (20) com líderes do Senado por quatro horas para tratar do tema.

Guedes saiu do encontro sem falar com a imprensa, mas o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, concedeu entrevista coletiva nesta noite para explicar que o governo dará apoio a seis medidas que integram o pacote.

Embora o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), tenha dito que a revisão do pacto federativo será composta de quatro propostas de emenda à Constituição (PEC)

e dois projetos de lei, Rodrigues disse que o governo tentará convencer o Congresso a unificar todas as propostas numa única PEC e em um único projeto de lei, de autoria do Senado, a ser apresentado até o início da próxima semana.

Propostas

A primeira medida que compõe a revisão do pacto federativo é a partilha dos recursos da cessão onerosa (leilão dos barris extras de petróleo na camada pré-sal) com estados e municípios. Dos R\$ 73 bilhões que devem ficar com a União, o governo federal pretende transferir R\$ 21 bilhões - R\$ 10,5 bilhões para estados e R\$ 10,5 bilhões para municípios.

A equipe econômica quer transferir mais R\$ 4 bilhões da cessão onerosa apenas para os estados, totalizando R\$ 25 bilhões, caso os governadores concordem em abrir mão de ações judiciais que pedem a compensação da Lei Kandir (que desonerou de impostos estaduais as exportações de produtos primários e semielaborados) e o pagamento do Auxílio Financeiro para o Fomento das Exportações (FEX) no fim de cada ano. As duas mudanças dependem de PEC.

Batizada de Plano de Fortalecimento Federativo (PFF), a terceira medida compreende a inversão, ao longo de oito anos, da proporção de royalties e participações especiais do petróleo que cabe à União e aos governos locais. Atualmente, a União fica com 70% do Fundo Social do Pré-Sal. Os estados e municípios, com 30%.

A proposta, que também depende de PEC, quer reverter a proporção para 70% para os governos locais e 30% para a União até 2028 e ampliar a partilha para todos os campos de petróleo, não apenas o pré-sal. Segundo Rodrigues, os governos estaduais e as prefeituras receberiam de R\$ 6 bilhões a R\$ 32 bilhões por ano com a mudança, que também necessita de PEC.

Em tramitação na Câmara como projeto de lei, a quarta medida consiste no Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF), que fornece ajuda a estados com problemas de caixa em troca de medidas locais de ajuste fiscal. Por meio do plano, o Tesouro pretende conceder garantias a estados com nota C na escala de solidez fiscal (a segunda pior categoria) para que esses governos contraiam empréstimos em bancos públicos e privados e possam sanar problemas, como atrasos a fornecedores. O pacote prevê a injeção de R\$ 10 bilhões em garantias por ano nos próximos quatro anos, totalizando R\$ 40 bilhões.

A quinta medida é a elaboração do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que substituirá o atual fundo, que acaba em 2020. Segundo Rodrigues, a equipe econômica quer manter o repasse de R\$ 13,3 bilhões por ano do Orçamento, mas o novo Fundeb seria complementado pelo remanejamento de R\$ 6,5 bilhões por ano dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste para financiar projetos de educação nessas regiões.

A sexta medida também afeta os fundos constitucionais e prevê a desvinculação de R\$ 1,5 bilhão a R\$ 1,6 bilhão por ano desses fundos para aplicação em projetos de infraestrutura e de apoio à produção industrial. As mudanças no Fundeb e nos fundos constitucionais também exigem PEC.

Condições

O secretário especial de Fazenda informou que o governo federal pretende impor condições para todos os repasses para estimular a eficiência dos gastos, impedindo que os estados e os municípios usem os recursos para custear aumento de salários. Segundo ele, a equipe econômica acredita que a tramitação do pacto federativo facilitará a reinclusão de estados e municípios na reforma da Previdência.

Rodrigues acrescentou que a equipe econômica pretende rediscutir os projetos de lei que adiam o pagamento de precatórios pelos estados e que permitem a securitização (conversão e venda no mercado) de parte da dívida ativa de governos estaduais porque os custos podem ser maiores que as estimativas iniciais.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Bolsonaro nomeia reitor que teve 4,6% dos votos para Universidade Federal do CE

Lauriberto Braga

Fortaleza

O presidente da República, Jair Bolsonaro, nomeou o terceiro colocado na lista tríplice para reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC). A nomeação do professor de Direito e advogado criminalista Cândido Albuquerque, de 62 anos, foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União na noite desta segunda-feira, 19.

No processo de consulta à comunidade acadêmica, Albuquerque obteve apenas 610 votos (4,61% do total de votantes). O primeiro colocado foi o professor Custódio Luís Silva de Almeida, que, obteve 7.772 votos. O reitor nomeado tem como vice o professor Glauco Lobo Filho, da Faculdade de Medicina.

"Vou resgatar o protagonismo dos verdadeiros talentos, mantendo a pluralidade de ideias. Será um desafio necessário e urgente", disse Albuquerque após a nomeação.

Ele deve tomar posse ainda nesta semana em solenidade em Brasília comandada pelo presidente Bolsonaro e pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub. O atual reitor, Henry de Holanda Campos, transmitirá o cargo na reitoria da UFC, em Fortaleza, na próxima sexta-feira, 23.

A nomeação de Albuquerque provocou críticas do Diretório Central dos Estudantes (DCE), do Sindicato dos Docentes e do Sindicato dos Servidores, que prometem fechar a reitoria na noite desta terça-feira, 20. "A última consulta para reitor deu uma ampla vitória ao professor Custódio Almeida, com 7.772 votos, expressando claramente o desejo da comunidade universitária, enquanto os outros candidatos tiveram cerca de 2.500 votos e o último colocado, agora nomeado por Bolsonaro, apenas 610 votos", informaram, em nota, estudantes, funcionários e professores da UFC.

"Em vista disso, só reconhecemos um reitor, aquele eleito pela comunidade universitária. Só ele tem legitimidade para ser o dirigente máximo da UFC", continua, ainda, o texto. Para o grupo, a nomeação de Albuquerque é uma medida "autoritária e prejudicial à universidade".

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, Albuquerque destacou mudanças no País. "Tinha um governo de esquerda, foi para um governo liberal. Tem um panorama novo e

temos de dialogar com tolerância." Segundo ele, o número de opositores é pequeno. "Não fui escolhido para ser líder político. Dividir não é bom. Debate ideológico não é bom."

Albuquerque também criticou o processo para a escolha do cargo. "Nessa eleição direta, no lugar de servir para buscar um gestor para a universidade, trava-se uma batalha ideológica e gera disputa política", disse. "Precisamos rever esse processo. Desde o começo da minha campanha eu me posiciono contra esse processo. Nas vinte melhores universidades do mundo há um comitê que escolhe o reitor, inclusive com 50% de pessoas fora da universidade."

À reportagem, Albuquerque disse que é preciso modernizar a universidade e que tem o plano de criação de uma pró-reitoria de Inovação e de uma pró-reitoria ou secretaria de Empreendedorismo. Também pretende rever a posição da UFC de não aderir ao programa federal Future-se. "Não podemos ficar contra ou a favor. Só com ele formatado é que poderemos ter posição. O País só vai sair da crise através da universidade. Não podemos ter medo do governo federal. Vamos ter dinheiro. Por isso conclamo toda a comunidade acadêmica. O processo eleitoral acabou", disse.

Procurados, os professores Custódio Almeida e Maria Elias, que faziam parte da lista tríplice, não quiseram se manifestar sobre a nomeação de Albuquerque. O atual reitor Henry Campos desejou boa sorte ao novo reitor e disse que o maior desafio será a convivência com o atual governo. "O professor terá de ter habilidade muito grande com o MEC para que a gente não pare de produzir."

Quem é o novo reitor

Piauiense, Cândido Albuquerque é advogado criminalista com 38 anos de carreira, ex-diretor da Faculdade de Direito, mestre em Ordem Jurídica Constitucional pela UFC (2009) e doutor em Educação Brasileira, também pela UFC (2016). É docente da UFC desde 1991, lecionando a disciplina Direito Penal na Graduação e pós-graduação.

Outras nomeações

Não é a primeira vez que Jair Bolsonaro nomeia um reitor de universidade sem acatar a decisão da maioria da comunidade universitária. Há dez dias, Bolsonaro nomeou o terceiro nome da lista tríplice, o professor Janir Alves Soares, como novo reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Antes, ele já havia nomeado o segundo e terceiro colocados, respectivamente, para as federais do Triângulo Mineiro (UFTM) e do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Apesar de a escolha do reitor ser prerrogativa do presidente, a nomeação de candidato menos votado rompe uma tradição que se mantinha desde 2003, na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Pesquisadores brasileiros detectam hanseníase resistente a tratamento padrão no Pará

Estudo identifica maior proporção de bactérias resistentes já encontrada em uma comunidade; especialistas apontam para falta de protocolo do Ministério da Saúde para tratamento de casos que não respondem à medicação convencional.

Uma doença considerada erradicada em grande parte do mundo ainda é um problema de saúde pública no Brasil: a hanseníase tem cerca de 28 mil novos casos registrados por ano no país, que ocupa o segundo lugar no ranking mundial de novos pacientes diagnosticados, atrás apenas da Índia.

Agora, um estudo recente publicado por pesquisadores brasileiros indica que o problema pode ser ainda mais sério: detectou-se uma existência de bactérias resistentes ao tratamento-padrão em maior proporção do que os números divulgados pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

"Por muitos anos, a OMS dizia que não existia resistência, que a hanseníase é 100% curável. Isso não é verdade", diz Marcelo Mira, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da PUC-PR e líder do estudo.

"Mas, no passado, não tínhamos as ferramentas para detectar isso. A *Mycobacterium leprae* é a única bactéria que causa a doença em humanos e que não pode ser cultivada em laboratório, em meio de cultura. Só nos anos 90 começaram a surgir os primeiros testes moleculares, que permitem identificar a resistência diretamente no genoma do bacilo", explica.

O tratamento-padrão para a hanseníase é a chamada poliquimioterapia (PQT), uma associação de drogas como a rifampicina e a dapsona, remédios para os quais o levantamento testou a resistência. No estudo, os pesquisadores detectaram a maior proporção de cepas resistentes da *M. leprae* já reportada em uma determinada comunidade: 43,2% dos casos apresentavam resistência a algum dos medicamentos, e 32,4% possuíam resistência dupla.

Publicado na *Clinical Infectious Diseases*, uma das principais revistas científicas na área de doenças infecciosas, o artigo também contou com pesquisadores do Instituto Lauro de Souza Lima, Fundação Oswaldo Cruz, Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Estadual do Pará (UEPA) e Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Vila do Prata

Para chegar aos resultados, os pesquisadores analisaram, ao longo de 12 anos, a população da Vila Santo Antônio do Prata, uma ex-colônia de hansenianos no interior do Pará, situada a 110 km de Belém. Hoje com uma população perto dos 3 mil habitantes, a maioria descendente de pacientes que tiveram hanseníase, a comunidade foi submetida a mais de 600 consultas pela equipe em suas expedições.

A localidade, popularmente conhecida como Vila do Prata, foi um dos vários hospitais-colônias abertos no Brasil a partir de 1923, quando pacientes diagnosticados com lepra (o nome da doença na época) passaram a ser internados compulsoriamente.

Os chamados "leprosários" contribuíram para aumentar o estigma social em relação à doença: eram locais de isolamento, onde os doentes acabavam apartados da sociedade e, com frequência, permaneciam até o fim da vida - mesmo já tratados e com o contágio encerrado.

A Vila do Prata recebeu pacientes dos Estados do Norte e Nordeste do país. Embora o

isolamento tenha deixado de ser obrigatório em 1962, a integração dessas comunidades permaneceu rara, tanto no que diz respeito à saída dos habitantes quanto à entrada de novas pessoas. Tratamentos interrompidos, desconhecimento e preconceito em relação à doença também fizeram com que muitas dessas áreas se mantivessem endêmicas.

"Ainda hoje, a população local é discriminada pelo fato de ser uma ex-colônia de hansenianos", lamenta Mira, que destaca a importância de vencer o estigma.

Para o estudo, o isolamento acabou se revelando importante para compreender como a resistência opera.

"É uma população que permaneceu relativamente isolada desde o estabelecimento da colônia e foi submetida a praticamente todos os protocolos de tratamento aplicados nos últimos 100 anos", destaca Mira.

"Claro que os resultados devem ser interpretados corretamente: é uma população muito particular, superexposta e supertratada por décadas. Mas os resultados são um importante sinal de alerta, de que ainda sabemos muito pouco sobre o fenômeno da emergência de resistência ao tratamento", ressalta o pesquisador.

Por ser uma doença com um tempo de incubação alto, não há o risco de um surto: a proliferação dessas cepas viria gradualmente, como consequência de uma negligência continuada por parte das autoridades.

"Em um cenário em que não se preste atenção a esse problema, é provável que daqui a 20 ou 30 anos haja uma hanseníase muito mais resistente disseminada nas populações endêmicas", pontua Mira.

Sinal de alerta

Para especialistas da área, o estudo se soma às evidências de que a resistência é um problema que ainda não recebeu a devida atenção do poder público. Como a própria OMS subestimava essa questão até os anos 90, as políticas nacionais se movem lentamente no que diz respeito aos tratamentos alternativos à PQT.

"O Ministério da Saúde não tem um protocolo padronizado para agir em casos de resistência. Estamos em uma fase em que o ministério ainda faz levantamentos sobre a situação, enquanto a bactéria já está um passo à frente, como sempre", diz Claudio Salgado, pesquisador do Laboratório de Dermato-Imunologia da UFPA e presidente da Sociedade Brasileira de Hansenologia (SBH), que analisou o estudo a pedido da BBC Brasil.

Para Salgado, o combate à doença vive uma espécie de "marasmo" causado por uma percepção errônea de que o problema já foi devidamente controlado.

"As pessoas acham que a hanseníase está controlada, e que vai acabar com a melhoria das condições socioeconômicas", aponta. "Mas o trabalho mostra claramente que a bactéria está se desenvolvendo, e temos um percentual cada vez maior de pessoas que respondem menos aos tratamentos convencionais", entende o especialista.

"A bactéria não espera. Ela se multiplica e desenvolve resistência aos antibióticos",

resumo. "Já vimos isso na tuberculose algumas décadas atrás. Ela começou a apresentar os primeiros casos de multirresistência naquela época e hoje, quase metade dos casos são multirresistentes. Com a hanseníase, estamos vendo o início disso", argumenta Salgado.

Por ser um campo relativamente recente, a compreensão da resistência ainda é parcial, segundo o presidente da SBH. "O que o estudo traz é uma parte da história, as partes do genoma que nós conhecemos, mas há outras áreas com resistência que ainda não são conhecidas, o que torna o processo mais grave", interpreta Salgado.

"Não podemos alarmar a população com promessas de uma epidemia, mas também não se pode empurrar com a barriga achando que está tudo bem. Temos casos de resistência publicados em 2011, agora vemos esses resultados em 2019. O que vamos aguardar? Sair outro trabalho em 2029 para dizer que realmente tem resistência? Precisamos de um protocolo urgentemente".

A visão é semelhante à de Marcelo Mira, que reforça a necessidade de uma política alternativa para casos em que o *M. leprae* já não responde ao tratamento convencional.

"Alguns médicos realizam o tratamento com antibiótico específico para casos mais resistentes, mas fazem isso não por uma orientação definida pelo ministério, e sim por entenderem que o protocolo clássico já não funciona", aponta o líder do estudo. "O Ministério da Saúde precisa decidir logo a respeito disso".

Procurada para comentar os resultados do estudo, a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS), órgão responsável pelo monitoramento e políticas relacionadas à hanseníase, não havia retornado os contatos até o fechamento desta reportagem.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Bolsonaro nomeia reitor que teve 4,6% dos votos para Universidade Federal do CE

Fortaleza

O presidente da República, Jair Bolsonaro, nomeou o terceiro colocado na lista tríplice para reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC). A nomeação do professor de Direito e advogado criminalista Cândido Albuquerque, de 62 anos, foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União na noite desta segunda-feira, 19.

No processo de consulta à comunidade acadêmica, Albuquerque obteve apenas 610 votos (4,61% do total de votantes). O primeiro colocado foi o professor Custódio Luís Silva de Almeida, que, obteve 7.772 votos. O reitor nomeado tem como vice o professor Glauco Lobo Filho, da Faculdade de Medicina.

"Vou resgatar o protagonismo dos verdadeiros talentos, mantendo a pluralidade de ideias. Será um desafio necessário e urgente", disse Albuquerque após a nomeação.

Ele deve tomar posse ainda nesta semana em solenidade em Brasília comandada pelo presidente Bolsonaro e pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub. O atual reitor, Henry de Holanda Campos, transmitirá o cargo na reitoria da UFC, em Fortaleza, na

próxima sexta-feira, 23.

A nomeação de Albuquerque provocou críticas do Diretório Central dos Estudantes (DCE), do Sindicato dos Docentes e do Sindicato dos Servidores, que prometem fechar a reitoria na noite desta terça-feira, 20. "A última consulta para reitor deu uma ampla vitória ao professor Custódio Almeida, com 7.772 votos, expressando claramente o desejo da comunidade universitária, enquanto os outros candidatos tiveram cerca de 2.500 votos e o último colocado, agora nomeado por Bolsonaro, apenas 610 votos", informaram, em nota, estudantes, funcionários e professores da UFC.

"Em vista disso, só reconhecemos um reitor, aquele eleito pela comunidade universitária. Só ele tem legitimidade para ser o dirigente máximo da UFC", continua, ainda, o texto. Para o grupo, a nomeação de Albuquerque é uma medida "autoritária e prejudicial à universidade".

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, Albuquerque destacou mudanças no País. "Tinha um governo de esquerda, foi para um governo liberal. Tem um panorama novo e temos de dialogar com tolerância." Segundo ele, o número de opositores é pequeno. "Não fui escolhido para ser líder político. Dividir não é bom. Debate ideológico não é bom."

Albuquerque também criticou o processo para a escolha do cargo. "Nessa eleição direta, no lugar de servir para buscar um gestor para a universidade, trava-se uma batalha ideológica e gera disputa política", disse. "Precisamos rever esse processo. Desde o começo da minha campanha eu me posiciono contra esse processo. Nas vinte melhores universidades do mundo há um comitê que escolhe o reitor, inclusive com 50% de pessoas fora da universidade."

À reportagem, Albuquerque disse que é preciso modernizar a universidade e que tem o plano de criação de uma pró-reitoria de Inovação e de uma pró-reitoria ou secretaria de Empreendedorismo. Também pretende rever a posição da UFC de não aderir ao programa federal Future-se. "Não podemos ficar contra ou a favor. Só com ele formatado é que poderemos ter posição. O País só vai sair da crise através da universidade. Não podemos ter medo do governo federal. Vamos ter dinheiro. Por isso conclamo toda a comunidade acadêmica. O processo eleitoral acabou", disse.

Procurados, os professores Custódio Almeida e Maria Elias, que faziam parte da lista tríplice, não quiseram se manifestar sobre a nomeação de Albuquerque. O atual reitor Henry Campos desejou boa sorte ao novo reitor e disse que o maior desafio será a convivência com o atual governo. "O professor terá de ter habilidade muito grande com o MEC para que a gente não pare de produzir."

Quem é o novo reitor

Piauiense, Cândido Albuquerque é advogado criminalista com 38 anos de carreira, ex-diretor da Faculdade de Direito, mestre em Ordem Jurídica Constitucional pela UFC (2009) e doutor em Educação Brasileira, também pela UFC (2016). É docente da UFC desde 1991, lecionando a disciplina Direito Penal na Graduação e pós-graduação.

Outras nomeações

Não é a primeira vez que Jair Bolsonaro nomeia um reitor de universidade sem acatar a

decisão da maioria da comunidade universitária. Há dez dias, Bolsonaro nomeou o terceiro nome da lista tríplice, o professor Janir Alves Soares, como novo reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Antes, ele já havia nomeado o segundo e terceiro colocados, respectivamente, para as federais do Triângulo Mineiro (UFTM) e do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Apesar de a escolha do reitor ser prerrogativa do presidente, a nomeação de candidato menos votado rompe uma tradição que se mantinha desde 2003, na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Pesquisadores brasileiros detectam hanseníase resistente a tratamento padrão no Pará

Estudo identifica maior proporção de bactérias resistentes já encontrada em uma comunidade; especialistas apontam para falta de protocolo do Ministério da Saúde para tratamento de casos que não respondem à medicação convencional.

Uma doença considerada erradicada em grande parte do mundo ainda é um problema de saúde pública no Brasil: a hanseníase tem cerca de 28 mil novos casos registrados por ano no país, que ocupa o segundo lugar no ranking mundial de novos pacientes diagnosticados, atrás apenas da Índia.

Agora, um estudo recente publicado por pesquisadores brasileiros indica que o problema pode ser ainda mais sério: detectou-se uma existência de bactérias resistentes ao tratamento-padrão em maior proporção do que os números divulgados pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

"Por muitos anos, a OMS dizia que não existia resistência, que a hanseníase é 100% curável. Isso não é verdade", diz Marcelo Mira, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da PUC-PR e líder do estudo.

"Mas, no passado, não tínhamos as ferramentas para detectar isso. A *Mycobacterium leprae* é a única bactéria que causa a doença em humanos e que não pode ser cultivada em laboratório, em meio de cultura. Só nos anos 90 começaram a surgir os primeiros testes moleculares, que permitem identificar a resistência diretamente no genoma do bacilo", explica.

O tratamento-padrão para a hanseníase é a chamada poliquimioterapia (PQT), uma associação de drogas como a rifampicina e a dapsona, remédios para os quais o levantamento testou a resistência. No estudo, os pesquisadores detectaram a maior proporção de cepas resistentes da *M. leprae* já reportada em uma determinada comunidade: 43,2% dos casos apresentavam resistência a algum dos medicamentos, e 32,4% possuíam resistência dupla.

Publicado na *Clinical Infectious Diseases*, uma das principais revistas científicas na área de doenças infecciosas, o artigo também contou com pesquisadores do Instituto Lauro de Souza Lima, Fundação Oswaldo Cruz, Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Estadual do Pará (UEPA) e Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Vila do Prata

Para chegar aos resultados, os pesquisadores analisaram, ao longo de 12 anos, a população da Vila Santo Antônio do Prata, uma ex-colônia de hansenianos no interior do Pará, situada a 110 km de Belém. Hoje com uma população perto dos 3 mil habitantes, a maioria descendente de pacientes que tiveram hanseníase, a comunidade foi submetida a mais de 600 consultas pela equipe em suas expedições.

A localidade, popularmente conhecida como Vila do Prata, foi um dos vários hospitais-colônias abertos no Brasil a partir de 1923, quando pacientes diagnosticados com lepra (o nome da doença na época) passaram a ser internados compulsoriamente.

Os chamados "leprosários" contribuíram para aumentar o estigma social em relação à doença: eram locais de isolamento, onde os doentes acabavam apartados da sociedade e, com frequência, permaneciam até o fim da vida - mesmo já tratados e com o contágio encerrado.

A Vila do Prata recebeu pacientes dos Estados do Norte e Nordeste do país. Embora o isolamento tenha deixado de ser obrigatório em 1962, a integração dessas comunidades permaneceu rara, tanto no que diz respeito à saída dos habitantes quanto à entrada de novas pessoas. Tratamentos interrompidos, desconhecimento e preconceito em relação à doença também fizeram com que muitas dessas áreas se mantivessem endêmicas.

"Ainda hoje, a população local é discriminada pelo fato de ser uma ex-colônia de hansenianos", lamenta Mira, que destaca a importância de vencer o estigma.

Para o estudo, o isolamento acabou se revelando importante para compreender como a resistência opera.

"É uma população que permaneceu relativamente isolada desde o estabelecimento da colônia e foi submetida a praticamente todos os protocolos de tratamento aplicados nos últimos 100 anos", destaca Mira.

"Claro que os resultados devem ser interpretados corretamente: é uma população muito particular, superexposta e supertratada por décadas. Mas os resultados são um importante sinal de alerta, de que ainda sabemos muito pouco sobre o fenômeno da emergência de resistência ao tratamento", ressalta o pesquisador.

Por ser uma doença com um tempo de incubação alto, não há o risco de um surto: a proliferação dessas cepas viria gradualmente, como consequência de uma negligência continuada por parte das autoridades.

"Em um cenário em que não se preste atenção a esse problema, é provável que daqui a 20 ou 30 anos haja uma hanseníase muito mais resistente disseminada nas populações endêmicas", pontua Mira.

Sinal de alerta

Para especialistas da área, o estudo se soma às evidências de que a resistência é um problema que ainda não recebeu a devida atenção do poder público. Como a própria OMS subestimava essa questão até os anos 90, as políticas nacionais se movem lentamente no que diz respeito aos tratamentos alternativos à PQT.

"O Ministério da Saúde não tem um protocolo padronizado para agir em casos de resistência. Estamos em uma fase em que o ministério ainda faz levantamentos sobre a situação, enquanto a bactéria já está um passo à frente, como sempre", diz Claudio Salgado, pesquisador do Laboratório de Dermato-Imunologia da UFPA e presidente da Sociedade Brasileira de Hansenologia (SBH), que analisou o estudo a pedido da BBC Brasil.

Para Salgado, o combate à doença vive uma espécie de "marasmo" causado por uma percepção errônea de que o problema já foi devidamente controlado.

"As pessoas acham que a hanseníase está controlada, e que vai acabar com a melhoria das condições socioeconômicas", aponta. "Mas o trabalho mostra claramente que a bactéria está se desenvolvendo, e temos um percentual cada vez maior de pessoas que respondem menos aos tratamentos convencionais", entende o especialista.

"A bactéria não espera. Ela se multiplica e desenvolve resistência aos antibióticos", resume. "Já vimos isso na tuberculose algumas décadas atrás. Ela começou a apresentar os primeiros casos de multirresistência naquela época e hoje, quase metade dos casos são multirresistentes. Com a hanseníase, estamos vendo o início disso", argumenta Salgado.

Por ser um campo relativamente recente, a compreensão da resistência ainda é parcial, segundo o presidente da SBH. "O que o estudo traz é uma parte da história, as partes do genoma que nós conhecemos, mas há outras áreas com resistência que ainda não são conhecidas, o que torna o processo mais grave", interpreta Salgado.

"Não podemos alarmar a população com promessas de uma epidemia, mas também não se pode empurrar com a barriga achando que está tudo bem. Temos casos de resistência publicados em 2011, agora vemos esses resultados em 2019. O que vamos aguardar? Sair outro trabalho em 2029 para dizer que realmente tem resistência? Precisamos de um protocolo urgentemente".

A visão é semelhante à de Marcelo Mira, que reforça a necessidade de uma política alternativa para casos em que o *M. leprae* já não responde ao tratamento convencional.

"Alguns médicos realizam o tratamento com antibiótico específico para casos mais resistentes, mas fazem isso não por uma orientação definida pelo ministério, e sim por entenderem que o protocolo clássico já não funciona", aponta o líder do estudo. "O Ministério da Saúde precisa decidir logo a respeito disso".

Procurada para comentar os resultados do estudo, a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS), órgão responsável pelo monitoramento e políticas relacionadas à hanseníase, não havia retornado os contatos até o fechamento desta reportagem.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

União pretende repassar R\$ 500 bi em 15 anos para estados e municípios

O novo pacto federativo pode resultar no repasse de cerca de R\$ 500 bilhões em 15 anos. A estimativa foi divulgada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que se

reuniu hoje (20) com líderes do Senado por quatro horas para tratar do tema.

Guedes saiu do encontro sem falar com a imprensa, mas o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, concedeu entrevista coletiva nesta noite para explicar que o governo dará apoio a seis medidas que integram o pacote.

Embora o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), tenha dito que a revisão do pacto federativo será composta de quatro propostas de emenda à Constituição (PEC) e dois projetos de lei, Rodrigues disse que o governo tentará convencer o Congresso a unificar todas as propostas numa única PEC e em um único projeto de lei, de autoria do Senado, a ser apresentado até o início da próxima semana.

Propostas

A primeira medida que compõe a revisão do pacto federativo é a partilha dos recursos da cessão onerosa (leilão dos barris extras de petróleo na camada pré-sal) com estados e municípios. Dos R\$ 73 bilhões que devem ficar com a União, o governo federal pretende transferir R\$ 21 bilhões - R\$ 10,5 bilhões para estados e R\$ 10,5 bilhões para municípios.

A equipe econômica quer transferir mais R\$ 4 bilhões da cessão onerosa apenas para os estados, totalizando R\$ 25 bilhões, caso os governadores concordem em abrir mão de ações judiciais que pedem a compensação da Lei Kandir (que desonerou de impostos estaduais as exportações de produtos primários e semielaborados) e o pagamento do Auxílio Financeiro para o Fomento das Exportações (FEX) no fim de cada ano. As duas mudanças dependem de PEC.

Batizada de Plano de Fortalecimento Federativo (PFF), a terceira medida compreende a inversão, ao longo de oito anos, da proporção de royalties e participações especiais do petróleo que cabe à União e aos governos locais. Atualmente, a União fica com 70% do Fundo Social do Pré-Sal. Os estados e municípios, com 30%.

A proposta, que também depende de PEC, quer reverter a proporção para 70% para os governos locais e 30% para a União até 2028 e ampliar a partilha para todos os campos de petróleo, não apenas o pré-sal. Segundo Rodrigues, os governos estaduais e as prefeituras receberiam de R\$ 6 bilhões a R\$ 32 bilhões por ano com a mudança, que também necessita de PEC.

Em tramitação na Câmara como projeto de lei, a quarta medida consiste no Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF), que fornece ajuda a estados com problemas de caixa em troca de medidas locais de ajuste fiscal. Por meio do plano, o Tesouro pretende conceder garantias a estados com nota C na escala de solidez fiscal (a segunda pior categoria) para que esses governos contraiam empréstimos em bancos públicos e privados e possam sanar problemas, como atrasos a fornecedores. O pacote prevê a injeção de R\$ 10 bilhões em garantias por ano nos próximos quatro anos, totalizando R\$ 40 bilhões.

A quinta medida é a elaboração do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que substituirá o atual fundo, que acaba em 2020. Segundo Rodrigues, a equipe econômica quer manter o repasse de R\$ 13,3 bilhões por ano do Orçamento, mas o novo Fundeb seria complementado pelo remanejamento de R\$ 6,5 bilhões por ano dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste

para financiar projetos de educação nessas regiões.

A sexta medida também afeta os fundos constitucionais e prevê a desvinculação de R\$ 1,5 bilhão a R\$ 1,6 bilhão por ano desses fundos para aplicação em projetos de infraestrutura e de apoio à produção industrial. As mudanças no Fundeb e nos fundos constitucionais também exigem PEC.

Condições

O secretário especial de Fazenda informou que o governo federal pretende impor condições para todos os repasses para estimular a eficiência dos gastos, impedindo que os estados e os municípios usem os recursos para custear aumento de salários. Segundo ele, a equipe econômica acredita que a tramitação do pacto federativo facilitará a reinclusão de estados e municípios na reforma da Previdência.

Rodrigues acrescentou que a equipe econômica pretende rediscutir os projetos de lei que adiam o pagamento de precatórios pelos estados e que permitem a securitização (conversão e venda no mercado) de parte da dívida ativa de governos estaduais porque os custos podem ser maiores que as estimativas iniciais.

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - ÚLTIMAS

Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções

Atualmente, para identificar o que provoca uma infecção, os 'kits' disponíveis no mercado são específicos para somente um microrganismo alvo

A disponibilização para laboratórios privados e hospitais públicos de um 'kit' único para identificação rápida de patógenos de relevância médica, como vírus, bactérias e fungos, poderá se tornar realidade já em 2021, facilitando identificar as causas de uma infecção.

A estimativa é da pesquisadora Rosane Silva, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que desenvolve o projeto. Atualmente, para identificar o que provoca uma infecção, os 'kits' disponíveis no mercado são específicos para somente um microrganismo alvo.

Com financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Rosane Silva disse na semana passada à Agência Brasil que a ideia é que o 'kit' que vem sendo testado em equipamentos de última geração possa ser usado também em outras plataformas de baixo custo.

“A ideia é tornar acessível para que qualquer laboratório possa utilizar o 'kit', entre os quais laboratórios de hospitais públicos. A gente quer que seja o mais abrangente possível e aplicado em equipamentos de custo mais baixo”. Rosane pretende também fazer parcerias para oferecer serviços e treinamento de pessoal de hospitais públicos para melhor utilização dos 'kits'. Calculou que o custo desse teste pode evoluir de R\$ 300 a até R\$ 4 mil, dependendo do equipamento utilizado. “Vai depender muito do quanto a gente pode adequar o equipamento para diferentes plataformas”, explicou.

Casos especiais

Rosane esclareceu que esse 'kit' não é indicado para uso rotineiro, mas para casos especiais, como descobrir o que provoca uma infecção em pacientes com septicemia, contaminação alimentar e infecções em próteses ortopédicas de difícil tratamento. Pode

fazer ainda o monitoramento ambiental em solos e águas que estejam contaminados por bactérias resistentes a antibióticos, além de detectar infecções no tecido cardíaco, como endocardites, e em pacientes pediátricos, incluindo neonatos e prematuros. O ‘kit’ identifica a conduta terapêutica que deve ser adotada.

O resultado do ‘kit’ sai entre 48 horas e 72 horas, mas a pesquisadora pretende que ele seja dado o mais rápido possível. “Em menos de cinco dias”. A pesquisadora espera validar todos os testes em até 24 meses. Ela está adaptando o sistema para que possa ser usado por laboratórios mais distantes ou remotos e que não tenham muitos recursos. A fase atual de testes é a mais difícil, avaliou Rosane Silva, porque envolve amostras clínicas que necessitam da autorização prévia dos pacientes. De acordo com a pesquisadora, o ‘kit’ pode ser direcionado também para uma assinatura genômica dos ácidos nucleicos.

A detecção simultânea de microrganismos associados à saúde humana reduz as internações e, em consequência, diminui os custos hospitalares e a mortalidade. “Se você tem o mais breve possível a identificação do patógeno, isso permite ter o medicamento adequado para aquele tipo de patógeno. O paciente vai se recuperar mais rápido, com menos custos de internação”. Ao mesmo tempo, reduz a mortalidade porque o paciente usufrui dessa informação para ter o medicamento correto, em vez de ser submetido a testes de diferentes drogas que acabam depauperando a pessoa.

O financiamento da Faperj para realização do projeto alcançou R\$ 690 mil e o da Capes, R\$ 100 mil. A Universidade do Texas é parceira intelectual do projeto. Os resultados alcançados até agora geraram três artigos sobre o tema na revista científica PLOS One, e nos jornais ‘Microbiologyopen’ e Gene.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Justiça federal suspende aulas e novas matrículas em seis faculdades privadas de MT

As entidades privadas de ensino superior não têm cadastro junto ao Ministério da Educação (MEC).

A Justiça federal de Mato Grosso determinou a suspensão de aulas e abertura de vagas em seis instituições de ensino superior localizadas em Confresa e Vila Rica, até que as entidades privadas de ensino superior realizem o cadastro no Ministério da Educação (MEC).

As instituições condenadas são Colégio Universal – Centro Educacional Keiliane Spagnol, Colégio Kairos e Uninacional – Centro Educacional Ponto de Mutação Ltda, Colégio Renascer Ltda, IBPOS – Instituto Brasileiro de Graduação e Pós-Graduação, Ibtcoaching – Instituto Brasileiro de Coaching Treinamento e Cursos, Favap – Faculdade de Ciências Humanas do Vale do Piranga, Fundação Acácio Martins da Costa, União Educacional Nossa Senhora de Fátima - Unifaculdades, bem como Maria Delma Sá de Alencar, coordenadora e representante da Favap, colégios Universal, Kairos, Renascer e Uninacional.

O G1 tentou localizar a defesa de cada uma das instituições, mas não conseguiu contato.

O Ministério Público Federal (MPF) de Barra do Garças, a 516 km de Cuiabá, instaurou inquérito civil e ingressou com pedido de liminar para que a Justiça determinasse a

suspensão.

Uma das faculdades, a Facel, sediada em Curitiba/PR, está cadastrada como Instituição de Ensino Superior (IES) junto ao MEC tanto no formato presencial como formato Ensino à Distância (EAD). Porém, em conformidade com a legislação vigente, a instituição não tem autorização para ofertar cursos de ensino superior nos municípios de Mato Grosso por não possuir nenhum polo ou campus regularmente cadastrado junto à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres).

A Favap não possui autorização da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para oferecimento do curso de mestrado stricto sensu em Mato Grosso e também não possui autorização para ofertar curso na modalidade EAD.

Conforme a decisão, as instituições devem cessar a divulgação de todo e qualquer anúncio publicitário oferecendo curso superior, mestrado e outros cursos não autorizados pelo MEC, bem como suspender as atividades referentes aos cursos, interrompendo inclusive a realização de matrículas e rematrículas nos municípios de Confresa e Vila Rica.

A Justiça Federal determinou ainda a indisponibilidade de ativos imóveis e veículos em nome dos representantes das instituições de ensino por meio do Cadastro Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB) e do sistema Renajud até o montante de R\$ 2 milhões por réu para o fim de ressarcir os prejuízos causados aos consumidores lesados.

[topo](#)

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Em defesa da Finep - meio século de apoio ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia nacionais

O “Ato em Defesa da Finep” foi promovido pela presidência do Clube de Engenharia e reuniu nove ex-presidentes da instituição, além de diferentes figuras proeminentes no cenário nacional que têm se colocado ao lado de seu fortalecimento

A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), instituição pública federal de fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação, teve sua história, desafios e importância defendidos em evento no Clube de Engenharia no dia 15 de agosto. O “Ato em Defesa da FINEP” foi promovido pela presidência do Clube e reuniu nove ex-presidentes da instituição, além de diferentes figuras proeminentes no cenário nacional que têm se colocado ao lado de seu fortalecimento. Com auditório lotado, a mensagem geral foi a necessidade de se levar à sociedade brasileira a essencialidade da FINEP como um dos pilares da soberania nacional e a importância de frear o crescente e constante corte de recursos para seu funcionamento. Participaram Alexandre Henriques Leal, Gerson Ferreira Filho, João Luiz Coutinho de Faria, Sérgio Machado Rezende, Luis Manuel Rebelo Fernandes, Odilon Marcuzo do Canto, Wanderley de Souza e, por mensagem, Mauro Marcondes Rodrigues.

“O Clube de Engenharia recebe hoje ex-presidentes que construíram uma instituição que é referência na área de Ciência, Tecnologia e Inovação e que foi construída por gerações de brasileiros”, disse Pedro Celestino na abertura do evento. “É uma instituição de Estado, que possibilitou a construção de uma das maiores economias do mundo”, lembrou. “E essa instituição está ameaçada de extinção”, criticou ele, lembrando que se trata de um desmonte que já vem acontecendo desde 2015. Em

seguida, leu mensagem de Mauro Marcondes Rodrigues, presidente da FINEP entre 1999 e 2002, na qual o ex-presidente salienta o papel histórico da instituição em apoiar as universidades brasileiras e formar a comunidade científica nacional.

Alexandre Henriques Leal, vice-presidente da FINEP em 1971, enfatizou o papel basilar da instituição para o desenvolvimento da Educação e da Ciência brasileira enquanto projetos de longo prazo. “A criação da FINEP foi no governo Castelo Branco. Ela sucede um fundo [Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT] que era de financiamento de estudo e projeto, e o discurso da época era que não havia investimento porque não havia projeto”. Leal lembrou que a FINEP foi criada em 1967 e só se consolidou porque, na década do chamado “milagre econômico”, havia a diretriz de se realizar investimentos internos. Destacou, ainda, os desafios dos primeiros anos da instituição e o papel protagonista do Estado em gerenciá-la.

Primeiro funcionário de carreira a se tornar presidente da FINEP, Gerson Edson Ferreira Filho, à frente da instituição entre 1980 e 1983, contou “façanhas” que consolidaram a financiadora na história da Ciência nacional. Uma delas foi um projeto da Universidade Federal de Viçosa junto à Embrapa para se criar uma variedade de soja resistente a pragas e fácil de colher que possibilitaria que o Brasil se tornasse, hoje, um produtor de toneladas desse grão. “A FINEP sempre financiou muita coisa. Mas houve um momento em que havia mais planejamento, que resultava em mais projetos. E hoje nosso país sente falta desse processo. Isso faz com que a FINEP seja cada vez mais necessária, inclusive reativando as linhas de crédito para projetos de engenharia”, afirmou Ferreira Filho. “O que a FINEP faz é principalmente ajudar o Brasil a acumular conhecimento. E é acumulando conhecimento que podemos ter um país que seja dono do próprio nariz”, defendeu.

João Luiz Coutinho de Faria, presidente da instituição no final dos anos 1980, afirmou que fez parte da financiadora no momento em que ela mais se voltou ao desenvolvimento tecnológico e apoio às empresas nacionais. “Nós só seremos um país importante com a produção industrial e a exportação que a gente faz”, disse, fazendo coro ao dito por Ferreira Filho.

“É triste o motivo pelo qual o Clube de Engenharia está fazendo este evento, mas é muito importante que ele esteja sendo feito”, reconheceu Sérgio Machado Rezende, presidente entre 2003 e 2005 e ex-ministro de Ciência e Tecnologia. Ele enfatizou o papel único que a FINEP exerce no país em defesa da soberania: “Não existe, no mundo, uma entidade que ao mesmo tempo apoia a comunidade acadêmica, os institutos de pesquisa e universidades, e apoia projetos nas empresas. É uma característica fenomenal para um país em que ainda não temos uma cultura de Ciência e Tecnologia, na sociedade e nas empresas”, disse.

Buscando olhar para o futuro, Luis Manuel Rebelo Fernandes, presidente da FINEP em 2015, trouxe razões para se pensar o papel da instituição como aliada dos desafios que o Brasil tem e terá em breve. “A FINEP é insubstituível para um país que quer se desenvolver e enfrentar os desafios da sociedade do conhecimento, sobretudo com o advento dos novos padrões produtivos e tecnológicos que estamos assistindo no século XXI. É insubstituível porque é uma experiência única no mundo, como Sérgio acabou de dizer, que consegue combinar ação de crédito subvencionado conforme o interesse nacional, investimento não-reembolsável em infraestrutura das instituições de pesquisa

do país e subvenção para as empresas nacionais”, afirmou. “São variadas formas de apoio que podem ser integradas para viabilizar programas mobilizadores do desenvolvimento e geradores do futuro do país. Se ela for estrangulada, o país perde”, salientou. “[Hoje] não há mais projeto nacional ao qual a FINEP pode servir”, continuou. “Mas há projeto antinacional em curso, de destruição das bases da economia nacional. A crise não está só na FINEP: a crise está se instalando sobre todo o sistema nacional de Ciência e Tecnologia”, citando o desmonte também da CAPES e do CNPq e enfatizando a importância da sensibilização de todos os setores da sociedade a respeito do tema, inclusive do Congresso Nacional.

Odilon Marcuzo do Canto lembrou que, entre 2005 e 2007, quando esteve à frente da FINEP, o período era de crescimento de orçamento e projetos. Ele lembrou da importância do corpo técnico que faz parte da instituição: “Quero apresentar o reconhecimento aos funcionários da FINEP. Importante salientar que esse núcleo, esse cerne, é que tem dado a possibilidade de a FINEP fazer o que tem feito”, conclamou. Também lembrando a importância de mobilizar o Congresso Nacional, concluiu: “O momento é de juntar forças”.

“Eu sou fruto da FINEP”, disse Wanderley de Souza, presidente da financiadora entre 2015 e 2016, e criticou o contingenciamento de recurso de fundos setoriais, inclusive os que possibilitam o trabalho da FINEP. “É um processo que vem há bastante tempo e hoje chega a uma situação que é absolutamente insustentável”, lamentou. Souza fez críticas ao programa “Future-se”, do Governo Federal, e lembrou a grande mobilização nacional liderada por estudantes de graduação e pós-graduação em defesa da educação pública de qualidade.

Clube de Engenharia

topo ↕

METRO-DF - TEMPO REAL

**MEC terá novos critérios para escolher pesquisas que ganharão bolsa
Prioridade ao Doutorado, às áreas de exatas e saúde e regiões com menor IDH são destaque**

O Ministério da Educação pretende mudar seus critérios e mecanismo de escolha para concessão de bolsas de mestrado e doutorado. Além de priorizar áreas ditas “estratégicas” do conhecimento, o novo modelo ainda vai dar preferência às bolsas de doutorado e privilegiar cursos em regiões de menor IDH no país.

As informações foram antecipadas ao jornal O Estado de S. Paulo pelo presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, **Anderson Correia**. A **Capes** é um dos principais órgãos de financiamento de pesquisa do Brasil, e está sob alçada do MEC.

O chefe da pasta da educação, Abraham Weintraub, já havia falado em novos critérios para selecionar pesquisas e Universidades para concessão de bolsa. O sistema será de fato anunciado no mês de Setembro, mas já é possível delinear as pretensões do ministério.

Anderson Correia afirmou que o IDH de cada região será levado em conta, já que a **Capes** tem “função social de desenvolvimento das regiões”. Como tentativa de reduzir a desigualdade entre os Estados, as unidades instaladas em regiões mais carentes teriam

maior peso na escolha.

"Você não pode dar o mesmo tratamento a um curso em São Paulo e outro em Altamira, no Pará", afirmou Correia.

As notas de desempenho recebidas por cada curso também seriam ponderadas. A **Capes** avalia com conceitos de 1 a 7 cada um dos cursos, impedindo o funcionamento dos que obtiverem notas 1 ou 2. Aqueles que recebessem notas muito reduzidas ao longo dos anos poderiam até mesmo deixar de receber bolsas, por tempo indefinido.

Ainda, o foco do governo federal estará nas pesquisas de doutorado. A justificativa é de que o mestrado "difícilmente gera descoberta que chame a atenção internacional", e, portanto, teriam detrimento em favor do impulsionamento do doutorado.

Atualmente, para chegar ao nível de doutorado, é necessário passar pelo mestrado. Ainda, há cursos e Universidades que oferecem apenas o primeiro nível de pós-graduação.

Por último, a área do conhecimento e o teor da pesquisa serão levados em conta na hora de conceder, ou não, uma bolsa. As áreas sinalizadas como "estratégicas" para Jair Bolsonaro (no ramo da Saúde ou Engenharia) teriam prioridade, enquanto cursos de "humanas puras" – termo utilizado por **Anderson Correia** -, como Filosofia e Ciências Sociais, seriam deixadas de lado.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Brasil atinge segunda melhor marca de impacto científico em 30 anos

O país atingiu já em junho a marca de 0,89. A maior foi verificada em 2016, com 0,92, número referente ao ano inteiro

O Brasil atingiu no primeiro semestre de 2019 o segundo melhor nível em 30 anos no indicador que mede o impacto da pesquisa científica. O país atingiu já em junho a marca de 0,89. A maior foi verificada em 2016 — 0,92, número referente ao ano inteiro.

Ainda assim, os números continuam a mostrar que o Brasil tem muito a avançar. A média mundial é 1, ou seja, nessas três décadas o país esteve abaixo. É para chegar a esse patamar que a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), tem trabalhado em pesquisas com impacto científico.

O país atingiu o resultado atual logo após o contingenciamento de recursos das mais diversas pastas do governo federal. Entre elas, o próprio MEC.

“A expectativa é de que o índice aumente, pois temos políticas voltadas para o que de fato tem impacto científico”, afirma o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Os números são da Web of Science, base de dados administrada pela organização Clarivate Analytics, utilizada pela comunidade acadêmica. Referência mundial, a plataforma integra uma série de informações sobre a relevância das pesquisas produzidas, como as citações e a qualidade dos estudos, e permite a comparação entre vários países.

O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, avalia: "O resultado indica que as políticas implementadas pela **Capes** no sentido de promover melhorias na avaliação e na racionalização do financiamento estão surtindo resultado".

topo ↕

O DIA - PI - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

UFPI anuncia bloqueio de bolsas CNPq da pós-graduação

Em comunicado oficial, Universidade Federal disse que foi surpreendida pela decisão do CNPq sobre a suspensão de bolsas.

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) comunicou nesta segunda-feira (19) o bloqueio de bolsas concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no âmbito da pós-graduação. A instituição federal de ensino afirmou ter sido surpreendida pela decisão do CNPq sobre a suspensão de indicação de bolsistas, na última quinta-feira (15).

Segundo a Pró-Reitoria, foi constatado que a implantação das bolsas se encontra bloqueada na plataforma do CNPq. "Em contato por telefone com a Coordenação do Programa Institucional de Bolsas do Iniciação Científica do CNPq, foi informado que as bolsas dos Programas PIBIC, PIBIC Ações Afirmativas, PIBITI e PIBIC Ensino Médio, devidamente implantadas, inclusive com o aceite do bolsista serão mantidas, com pagamento assegurado para o mês de agosto/19, enquanto as demais ficarão suspensas, por falta de dotação de recursos desta conceituada agência de fomento", informou em nota.

Para a pró-reitora de Ensino de Pós-Graduação da UFPI, Regina Gomes, a decisão é preocupante, uma vez que os alunos da instituição dependem das bolsas para continuarem desenvolvendo pesquisas. Segundo ela, até o momento, mais de 70 bolsas já foram cortadas pelo Governo Federal, somente este ano. "Estamos preocupados com tudo isso porque temos alunos carentes que não têm condição de ter a dedicação exclusiva que precisamos para desenvolver a pós-graduação", afirmou.

Além disso, as bolsas destinadas para os novos programas de pós-graduação, criados após a avaliação quadrienal da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, realizada pela última vez em 2017, só poderão ter recursos a partir do próximo ano.

De acordo com a pró-reitora, um grupo de trabalho da **Capes** está criando um algoritmo para definir a quantidade de bolsas destinadas aos programas. Entre os critérios que poderão ser considerados para a concessão de novas bolsas estão o IDH nos municípios onde estão os programas, a nota do programa e a importância do resultado das pesquisas. "Nós ainda não tivemos uma comunicação oficial em relação a isso, estamos aguardando porque a reunião ainda está ocorrendo", frisa.

O reitor da UFPI, Arimateia Dantas, afirma que os cortes anunciados terão um impacto forte na pesquisa e na pós-graduação da universidade e irão dificultar, ainda mais, o avanço das pesquisas. "Vai ficar difícil a gente avançar na pesquisa e na pós-graduação numa universidade como a nossa, num estado como um nosso, em que o estudante para desenvolver a pesquisa precisa daquela bolsa para sobreviver, para poder realizar suas tarefas", lamenta.

topo ↕

PLANTÃO NEWS - TEMPO REAL

Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções

A disponibilização para laboratórios privados e hospitais públicos de um ‘kit’ único para identificação rápida de patógenos de relevância médica, como vírus, bactérias e fungos, poderá se tornar realidade já em 2021, facilitando identificar as causas de uma infecção. A estimativa é da pesquisadora Rosane Silva, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que desenvolve o projeto. Atualmente, para identificar o que provoca uma infecção, os ‘kits’ disponíveis no mercado são específicos para somente um microrganismo alvo.

Com financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Rosane Silva disse na semana passada que a ideia é que o ‘kit’ que vem sendo testado em equipamentos de última geração possa ser usado também em outras plataformas de baixo custo.

“A ideia é tornar acessível para que qualquer laboratório possa utilizar o ‘kit’, entre os quais laboratórios de hospitais públicos. A gente quer que seja o mais abrangente possível e aplicado em equipamentos de custo mais baixo”. Rosane pretende também fazer parcerias para oferecer serviços e treinamento de pessoal de hospitais públicos para melhor utilização dos ‘kits’. Calculou que o custo desse teste pode evoluir de R\$ 300 a até R\$ 4 mil, dependendo do equipamento utilizado. “Vai depender muito do quanto a gente pode adequar o equipamento para diferentes plataformas”, explicou.

Casos especiais

Rosane esclareceu que esse ‘kit’ não é indicado para uso rotineiro, mas para casos especiais, como descobrir o que provoca uma infecção em pacientes com septicemia, contaminação alimentar e infecções em próteses ortopédicas de difícil tratamento. Pode fazer ainda o monitoramento ambiental em solos e águas que estejam contaminados por bactérias resistentes a antibióticos, além de detectar infecções no tecido cardíaco, como endocardites, e em pacientes pediátricos, incluindo neonatos e prematuros. O ‘kit’ identifica a conduta terapêutica que deve ser adotada.

O resultado do ‘kit’ sai entre 48 horas e 72 horas, mas a pesquisadora pretende que ele seja dado o mais rápido possível. “Em menos de cinco dias”. A pesquisadora espera validar todos os testes em até 24 meses. Ela está adaptando o sistema para que possa ser usado por laboratórios mais distantes ou remotos e que não tenham muitos recursos. A fase atual de testes é a mais difícil, avaliou Rosane Silva, porque envolve amostras clínicas que necessitam da autorização prévia dos pacientes. De acordo com a pesquisadora, o ‘kit’ pode ser direcionado também para uma assinatura genômica dos ácidos nucleicos.

A detecção simultânea de microrganismos associados à saúde humana reduz as internações e, em consequência, diminui os custos hospitalares e a mortalidade. “Se você tem o mais breve possível a identificação do patógeno, isso permite ter o medicamento adequado para aquele tipo de patógeno. O paciente vai se recuperar mais rápido, com menos custos de internação”. Ao mesmo tempo, reduz a mortalidade porque o paciente usufrui dessa informação para ter o medicamento correto, em vez de ser submetido a testes de diferentes drogas que acabam depauperando a pessoa.

O financiamento da Faperj para realização do projeto alcançou R\$ 690 mil e o da Capes, R\$ 100 mil. A Universidade do Texas é parceira intelectual do projeto. Os resultados alcançados até agora geraram três artigos sobre o tema na revista científica PLOS One, e nos jornais 'Microbiologyopen' e Gene. (Alana Gandra)

topo ↕

POLÊMICA PARAÍBA-PB - TEMPO REAL

MEC estuda mudar distribuição de recursos para universidades federais

Hoje o modelo de distribuição do orçamento é centrado no tamanho das universidades. Com isso, instituições maiores e com mais alunos, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), recebem fatia maior do orçamento, embora tenham desempenho pior que outras em indicadores como governança, por exemplo.

“Queremos tratar os diferentes de forma diferente”, afirmou ao Estado o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Junior. “Vamos começar a olhar desempenho, não só o tamanho das universidades. Hoje, a matriz do orçamento (para verbas discricionárias) é 90% tamanho e 10% qualidade”, acrescenta.

O governo pretende discutir a nova metodologia com os reitores das universidades. Segundo o secretário, as mudanças nos parâmetros não dependem de alteração na lei, mas somente de ajustes nas regras atuais.

“Não queremos fazer nenhuma ruptura, mas sim uma transição que aponte numa direção. Uma discussão de daqui cinco, dez anos, como queremos esses parâmetros lá na frente. Qual será a matriz orçamentária que balizará daqui dez anos? Até para as universidades maiores também terem incentivos para captar recursos”, afirmou.

Indicadores

O novo desenho de distribuição das verbas pode começar a ser implementado a partir de 2020, mas já neste ano os técnicos estudam usar um dos indicadores – o ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU) – na hora de determinar quem terá prioridade no desbloqueio de recursos.

Dos R\$ 6,9 bilhões de despesas discricionárias das universidades (aquelas que bancam despesas operacionais como conta de luz e serviços de limpeza), R\$ 3,2 bilhões estão bloqueados. O governo tem buscado novas fontes de receita para conseguir aliviar ao menos parte do aperto orçamentário a que os órgãos estão submetidos.

Leia Também: Conheça os benefícios da Educação Maker

Na última edição do ranking do TCU, de 2018, as universidades de Lavras (UFLA) e de Mato Grosso do Sul (UFMS) figuraram no topo da lista e, pela regra, poderiam ser mais beneficiadas na liberação de recursos. O indicador mede aspectos como governança, estratégia, gestão e transparência. Entre as piores estão a UFRJ e a Federal de Roraima (UFRR).

Procuradas, UFRJ, UFRR e UFMS não responderam até a conclusão da reportagem. A UFLA informou que não comentaria medida não implementada. “Acreditamos que o MEC, em algum momento, irá formalizar essa questão de maneira pública. Somente assim teremos elementos concretos para nos manifestarmos”, diz a universidade de Lavras.

Empregabilidade

A ideia do ministério é, no futuro, ampliar o rol de dados utilizados para medir o desempenho das universidades e que poderão ser usados para distribuir os recursos. Um destes indicadores deve ser empregabilidade dos egressos. O plano é comparar as informações do Enade, exame que mede o desempenho dos estudantes de ensino superior, com a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que traz detalhes sobre os empregos formais no País. Com isso, seria possível saber se as universidades estão conseguindo formar alunos mais aptos a ingressar no mercado de trabalho em suas áreas de atuação – e premiá-las por isso.

Outra ideia é analisar a evolução de criação de patentes, indicador que reflete o grau de inovação dentro das instituições de ensino.

Future-se. O secretário afirma que não se trata de represália a universidades que criticaram o “Future-se”, programa lançado recentemente pelo governo Jair Bolsonaro para as instituições públicas de ensino superior. O programa foi lançado pelo MEC para promover maior autonomia financeira nas universidades e institutos federais por meio de incentivo à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, trava desde o início da sua gestão uma queda de braço com os reitores. “Não tem nada a ver com isso. A questão é equidade. Temos gasto de R\$ 75 mil reais por aluno na Unifesp e na UFRJ contra R\$ 30 mil em universidades do Norte e Nordeste. Não é uma questão de ir contra a UFRJ, mas de ir a favor daquelas que precisam mais”, afirma Lima Junior.

Na semana passada, o MEC resolveu prorrogar por mais duas semanas o prazo para a consulta pública do “Future-se”. De acordo com o ministério, foram registrados mais de 49 mil cadastros de interessados em participar da consulta.

O secretário defendeu o diálogo e a apresentação das sugestões pelas universidades. “A educação vive ainda um momento muito dogmático e isso é expresso em instituições de ensino que estão se manifestando contra o Future-se. Agora é consulta pública”, diz.

“Não é para ser a favor ou contra”, avalia ele sobre as resistências ao programa, que partem sobretudo de grandes universidades como a UFRJ, aprovou nota rejeitando, por unanimidade, o Future-se na forma como foi apresentado.

Cálculo inclui notas e número de alunos

A distribuição de verbas entre universidades federais é feita com base em um cálculo que inclui indicadores como o número de estudantes e a qualidade acadêmica. Esse cálculo resulta na Matriz de Orçamento de Custeio e Capital (Matriz OCC), que determina o valor repassado a cada universidade.

Nesse cálculo, a quantidade de alunos matriculados é o fator que tem mais peso. O Ministério da Educação leva em conta informações como número de matrículas, estudantes formados, evasão escolar e o tipo de curso para calcular o número de “alunos equivalentes” de uma universidade.

O ministério considera que cursos com maior número de laboratórios e uso de

equipamentos caros devem receber mais recursos, e inclui essa diferença ao contabilizar os “alunos equivalentes” de cada instituição. Esse índice corresponde a 90% do valor da Matriz OCC de uma universidade.

O outro indicador é a Eficiência e Qualidade Acadêmico-Científico (EQAC), que tem peso de 10% na matriz. Nesse cálculo, são utilizadas as notas dos cursos de graduação no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e os conceitos dos cursos de pós-graduação, avaliados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do MEC.

Para especialistas, critério contraria papel das federais
A intenção de incluir critérios como governabilidade, inovação e empregabilidade para definir a distribuição de recursos entre universidades federais foi criticada por especialistas em educação – mesmo contrários às atuais regras.

O professor Nilson Machado, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), disse que o caminho apontado pelo Ministério da Educação (MEC) para substituir o sistema atual soa utilitarista. “Isso me parece preocupante, do ponto de vista de que podemos estar indo para um critério de utilitarismo igual ao que existe hoje, ou talvez até mais acentuado”, disse Machado.

Já o especialista em ensino superior Leandro Tessler, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), diz que os critérios têm mais relação com o ensino tecnológico e vocacional do que com o papel das federais. “Desde quando a finalidade da universidade pública é inovação e empregabilidade? As universidades públicas são lugares onde se faz pesquisa”, diz Tessler. “Ele está trazendo uma cultura das instituições privadas, e não vai dar certo.”

topo ↕

PORTAL MÍDIA URBANA - TEMPO REAL

Governo Federal mudará critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado

O Governo Federal mudará o critério de concessão de bolsas de mestrado e doutorado no país. O novo sistema levará em conta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde as faculdades estão localizadas, o teor das pesquisas e a nota obtida pelos cursos nos últimos anos.

A seleção de quais faculdades receberão dinheiro para bolsas de pós caberá a um algoritmo, os quatro quesitos terão um peso específico. A prioridade será dada a cursos como Engenharia e Saúde. A **Capes** é a principal financiadora de pesquisas de pós do país, para o Governo, uma vez que ela tem função social e de desenvolvimento das regiões, o foco será investir dessa forma.

Também serão concentrados esforços no doutorado, já que segundo o Governo apresenta maior impacto científico. A meta do Plano Nacional de Educação é de formar até 2024, 25 mil doutores por ano no País. Os valores pagos pela **Capes** variam de R\$ 1,5 mil, para mestrado a R\$ 2,2 mil, para doutorado. O valor considerado baixo para especialistas, poderá ser reajustado de acordo com a **Capes**, se houver folga fiscal nos próximos anos.

topo ↕

PRIMEIRA HORA - TEMPO REAL

Brasil atinge segunda melhor marca de impacto científico em 30 anos

O Brasil atingiu no primeiro semestre de 2019 o segundo melhor nível em 30 anos no indicador que mede o impacto da pesquisa científica. O País atingiu já em junho a marca de 0,89. A maior foi verificada em 2016 — 0,92, número referente ao ano inteiro.

Ainda assim, os números continuam a mostrar que o Brasil tem muito a avançar. A média mundial é 1, ou seja, nessas três décadas o País esteve abaixo.

É para chegar a esse patamar que a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), tem focado em pesquisas com impacto científico.

Também por isso o MEC propõe pautas como o Future-se, com maior autonomia financeira a universidades e institutos federais e premiações para pesquisas relevantes e boas ações de gestão nas instituições.

O País atingiu o resultado atual em um momento em que se faz necessário contingenciar recursos das mais diversas pastas do governo federal. Entre elas, o Ministério da Educação (MEC).

A gestão tem sido feita de forma a priorizar partes do orçamento e o que de fato funciona. “A expectativa é que o índice aumente, pois temos políticas voltadas para o que de fato tem impacto científico”, afirma o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Os números são da Web of Science, base de dados administrada pela organização Clarivate Analytics utilizada pela comunidade acadêmica. Referência mundial, a plataforma integra uma série de informações sobre a relevância das pesquisas produzidas, como as citações e a qualidade dos estudos, e permite a comparação entre vários países.

O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, observa: “O resultado indica que as políticas implementadas pela **Capes** no sentido de promover melhorias na avaliação e na racionalização do financiamento estão surtindo resultado”.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Cortes de despesas na UFU são avaliados por professora e aluno que projetam reflexos negativos

Universidade anunciou mudanças que passam a valer na próxima semana. Pró-reitor disse que maiores reflexos podem ser sentidos no ano que vem. Veja o que será afetado.

Depois que a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) anunciou a suspensão de alguns serviços para conter gastos, a reportagem do MG1 foi ao campus Santa Mônica ouvir a opinião de integrantes da comunidade acadêmica sobre os reflexos.

O pró-reitor de Planejamento e Administração, Darizon Alves de Andrade, também explicou sobre a crise enfrentada e as consequências práticas dos cortes (veja abaixo).

Segundo a professora e coordenadora do escritório de Assistência Jurídica Popular da Faculdade de Direito Professor Jacy de Assis, Neiva Flávia de Oliveira, os serviços terceirizados que serão prejudicados fazem parte das demandas básicas do dia a dia da

universidade.

"Tirar os terceirizados, como nas áreas de limpeza, segurança e transporte, é fechar as portas do funcionamento de diversos setores essenciais da UFU, prejuízo para estudantes, professores e comunidade."

Na UFU, o contingenciamento de recursos chega a quase R\$ 40,5 milhões. Serviços básicos, estrutura, pessoal, pesquisa científica e bolsas serão afetados (veja lista abaixo).

No final de abril, o Ministério da Educação (MEC) bloqueou parte dos recursos de 63 universidades e 38 institutos federais. Segundo o governo federal, a medida foi tomada porque a arrecadação está menor do que o previsto. Até agora, na UFU, o corte não tinha afetado diretamente os alunos.

No entanto, para a professora, não há como a academia evitar as consequências do corte. "No nosso caso, por exemplo, prestamos serviços jurídicos gratuitos há 50 anos e atendemos mais de 100 pessoas por semana. Agora, sem os terceirizados, estamos em sério risco para continuar atuando pela comunidade", acrescentou.

Deslocamento

Uma das alterações que afetam diretamente os estudantes é o deslocamento. Isso porque estão confirmadas a interrupção do serviço de transporte "Intercampi" intermunicipal e a redução do serviço de transporte "Intercampi" entre campus da mesma cidade em 70%. As medidas entram em vigor na próxima semana.

Sobre isso, o estudante de Odontologia, João Victor Soares Pimentel, que utiliza o serviço, disse que boa parte dos alunos terá dificuldade para estudar. "Alguns cursos dependem do deslocamento entre diferentes campi. Alguns alunos moram longe e precisam deste transporte."

Segundo ele, estes alunos não têm condição de gastar com transporte diário. "Imagina se tiverem que gastar com transporte por aplicativo, por exemplo? É completamente inviável", questionou.

Novos horários

Foi informado pela universidade os novos horários disponíveis, a partir do dia 26 de agosto, do transporte Intercampi. Confira:

Santa Mônica para Umuarama - 12h30 (dois ônibus)

Umuarama para Santa Mônica - 12h30 (dois ônibus)

Santa Mônica para Glória - 6h30 (um ônibus)

Santa Mônica para Glória - 7h30 (um ônibus)

Glória pra Santa Mônica - 18h30 (dois ônibus)

Umuarama para o Glória - 6h30 (um ônibus)

Glória para Umuarama - 18h30 (um ônibus)

Reitoria

O pró-reitor de Planejamento e Administração, Darizon Alves de Andrade, justificou os motivos e informou que a universidade está fazendo o possível para que os cortes não afetem as salas de aula.

“Se a situação não melhorar, as consequências podem ser sentidas no ano que vem, como fechamento de serviços básicos e risco de não encerrar o semestre”, afirmou.

Prejuízos

A UFU confirmou também a suspensão temporária de 100% do contrato de lanches e a redução do quadro de estagiários em 60% do quadro hoje existente.

As medidas também afetarão os programas de bolsas. De acordo com a UFU, será temporariamente suspensa a implementação do "Programa Bolsas de Graduação - PBG" com início originalmente previsto para setembro 2019.

Também foi confirmada a suspensão do pagamento de bolsas de iniciação científica relativas a contrapartida da UFU para com a Fapemig a partir de setembro/2019.

Um programa com duzentas bolsas de graduação foi adiado até que haja sinalização de retomada de recursos pelo governo federal.

Veja lista das medidas divulgada pela reitoria

1. Redução em 50% da quantidade de postos de trabalho nos contratos de mão de obra; (cerca de 1.000 novos desempregados diretos);
2. Suspensão temporária de contratos de prestação de serviços por demanda tais como: serralheria, pintura, forros e dry wall, pisos, vidraçaria, persianas, divisórias, vidros, chaveiros e outros;
3. Interrupção do Serviço de transporte “Intercampi” intermunicipal;
4. Redução do Serviço de transporte “Intercampi” entre campus da mesma cidade, em 70% em relação ao serviço oferecido atualmente;
5. Suspensão de viagens de ônibus/carros a destinos cuja distância de Uberlândia seja superior a 500 Km;
6. Suspensão imediata do pagamento de subsídio do quilômetro rodado por parte da PROPLAD;
7. Suspensão temporária de 100% (cem por cento) do contrato de lanches;
8. Redução do quadro de estagiários em 60% (sessenta por cento) do quadro hoje existente;
9. Suspensão temporária da implementação do "Programa Bolsas de Graduação - PBG" com início originalmente previsto para setembro 2019;
10. Suspensão do pagamento de bolsas de iniciação científica relativas a contrapartida da UFU para com a Fapemig a partir de setembro/2019.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC estuda mudar distribuição de recursos para universidades federais

O Ministério da Educação (MEC) estuda mudar a forma de distribuir os recursos para as 63 universidades federais. A ideia é dar mais dinheiro para quem tiver melhor desempenho em indicadores como governança, inovação e empregabilidade, entre outros.

Hoje o modelo de distribuição do orçamento é centrado no tamanho das universidades. Com isso, instituições maiores e com mais alunos, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), recebem fatia maior do orçamento, embora tenham desempenho pior que outras em indicadores como governança, por exemplo.

“Queremos tratar os diferentes de forma diferente”, afirmou ao jornal O Estado de S. Paulo o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Junior. “Vamos começar a olhar desempenho, não só o tamanho das universidades. Hoje, a matriz do orçamento (para verbas discricionárias) é 90% tamanho e 10% qualidade”, acrescenta.

O governo pretende discutir a nova metodologia com os reitores das universidades. Segundo o secretário, as mudanças nos parâmetros não dependem de alteração na lei, mas somente de ajustes nas regras atuais.

“Não queremos fazer nenhuma ruptura, mas sim uma transição que aponte numa direção. Uma discussão de daqui cinco, dez anos, como queremos esses parâmetros lá na frente. Qual será a matriz orçamentária que balizará daqui dez anos? Até para as universidades maiores também terem incentivos para captar recursos”, afirmou.

Indicadores

O novo desenho de distribuição das verbas pode começar a ser implementado a partir de 2020, mas já neste ano os técnicos estudam usar um dos indicadores – o ranking de governança do Tribunal de Contas da União (TCU) – na hora de determinar quem terá prioridade no desbloqueio de recursos.

Dos R\$ 6,9 bilhões de despesas discricionárias das universidades (aquelas que bancam despesas operacionais como conta de luz e serviços de limpeza), R\$ 3,2 bilhões estão bloqueados. O governo tem buscado novas fontes de receita para conseguir aliviar ao menos parte do aperto orçamentário a que os órgãos estão submetidos.

Na última edição do ranking do TCU, de 2018, as universidades de Lavras (UFLA) e de Mato Grosso do Sul (UFMS) figuraram no topo da lista e, pela regra, poderiam ser mais beneficiadas na liberação de recursos. O indicador mede aspectos como governança, estratégia, gestão e transparência. Entre as piores estão a UFRJ e a Federal de Roraima (UFRR).

Procuradas, UFRJ, UFRR e UFMS não responderam até a conclusão da reportagem. A UFLA informou que não comentaria medida não implementada. “Acreditamos que o MEC, em algum momento, irá formalizar essa questão de maneira pública. Somente assim teremos elementos concretos para nos manifestarmos”, diz a universidade de Lavras.

Empregabilidade

A ideia do ministério é, no futuro, ampliar o rol de dados utilizados para medir o desempenho das universidades e que poderão ser usados para distribuir os recursos. Um destes indicadores deve ser empregabilidade dos egressos. O plano é comparar as informações do Enade, exame que mede o desempenho dos estudantes de ensino superior, com a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que traz detalhes sobre os empregos formais no País. Com isso, seria possível saber se as universidades estão conseguindo formar alunos mais aptos a ingressar no mercado de trabalho em suas áreas de atuação – e premiá-las por isso.

Outra ideia é analisar a evolução de criação de patentes, indicador que reflete o grau de inovação dentro das instituições de ensino.

Future-se

O secretário afirma que não se trata de represália a universidades que criticaram o “Future-se”, programa lançado recentemente pelo governo Jair Bolsonaro para as instituições públicas de ensino superior. O programa foi lançado pelo MEC para promover maior autonomia financeira nas universidades e institutos federais por meio de incentivo à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, trava desde o início da sua gestão uma queda de braço com os reitores. “Não tem nada a ver com isso. A questão é equidade. Temos gasto de R\$ 75 mil reais por aluno na Unifesp e na UFRJ contra R\$ 30 mil em universidades do Norte e Nordeste. Não é uma questão de ir contra a UFRJ, mas de ir a favor daquelas que precisam mais”, afirma Lima Junior.

Na semana passada, o MEC resolveu prorrogar por mais duas semanas o prazo para a consulta pública do “Future-se”. De acordo com o ministério, foram registrados mais de 49 mil cadastros de interessados em participar da consulta.

O secretário defendeu o diálogo e a apresentação das sugestões pelas universidades. “A educação vive ainda um momento muito dogmático e isso é expresso em instituições de ensino que estão se manifestando contra o Future-se. Agora é consulta pública”, diz.

“Não é para ser a favor ou contra”, avalia ele sobre as resistências ao programa, que partem sobretudo de grandes universidades como a UFRJ, aprovou nota rejeitando, por unanimidade, o Future-se na forma como foi apresentado.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.